



ELO



PORTE
PAGO

ANO V
MARÇO
N.º 69
1979
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director interino: João Matias de Vasconcelos

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PUBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

Comemorar o 25 de Abril é comemorar o fim da guerra colonial.

Tanto o 25 de Abril como o fim da guerra colonial (este devido àquele) são dois acontecimentos históricos de tal forma importantes que qualquer tentativa de minimizá-los ou subvertê-los virá na ordem directa da actuação do negro regime fascista que assentava as bases dos seus actos e da sua propaganda na inversão dos valores do povo português. E a tendência do retomar das actuações do anterior regime não é hoje apenas um receio futuro, é já uma constatação actual — referimo-nos, no nosso âmbito próprio, ao tratamento que órgãos oficiais e meios de comunicação social importantes, como a televisão, estão já a dar ao tema da guerra colonial.

Proibir que a televisão apresente programas e debates sobre a guerra colonial, poderá ser fácil para quem detém a força e o poder; admoestar, autoritariamente, que a guerra colonial não deve ser discutida no presente, mas apenas objecto de análise por historiadores futuros, poderá ser fácil para quem tem à sua disposição todos os canais de informação para se fazer ouvir — e seria para algumas pessoas útil, já que o julgamento da história se transferiria assim para um futuro em que os verdadeiros culpados já não estariam presentes; mas apagar com uma esponja o sentir e os sofrimentos do povo português durante esses treze longos anos de uma guerra criminosamente mantida para defender os interesses de um punhado de elites não será tão fácil, nem com todos os meios sofisticadamente mantidos à disposição. E, além disso, como apagar os vestígios e marcas dessa guerra, que por toda a parte ficaram? E o rasto de sangue e lágrimas que deixou bem marcado por todo o lado, como apagá-lo? E as marcas vivas que são os deficientes militares, como ignorá-las?

Os métodos utilizados pelo regime fascista para esconder e fazer ignorar as consequências desastrosas da guerra parecem assim renascer. Mas a eles contrapõe-se hoje a liberdade da consciência e sentir de cada um se revelarem embora os meios públicos que para o efeito por todos deveriam ser livremente utilizados estejam novamente a servir como veículos privilegiados para propagandear ideias fabricadas e a eles esteja cortado o acesso aos que legitimamente devem ser ouvidos.

A ADFA colou-se (pode ser o termo) à RTP, insistindo na necessidade de se realizar um debate público sobre a guerra colonial e exigindo estar presente. A Associação não esteve presente, o debate não se realizou, nem se realizará, parece.

A guerra não se discute, é agora novamente o lema. Quando a guerra estava em curso não se discutia porque a P. I. D. E. escutava e abafava as vozes de cada um. Hoje,

(Continua na 2.ª pág.)

Todos os deficientes das Forças Armadas podem requerer a revisão processual (Página 4)

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA APROVADO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO NACIONAL E RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL APROVADO O REGULAMENTO ELEITORADO

Realizou-se no passado dia 24 de Março, na sede da Associação em Lisboa, a Assembleia Geral Nacional Ordinária que aprovou o Relatório de Actividades do Secretariado Nacional, o Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo parecer do Conselho Fiscal Central relativos ao ano de 1978 e ainda uma proposta de alteração ao Regulamento Eleitoral em vigor.

Publicamos a seguir os relatórios e contas na íntegra, conforme aprovados, bem como o Regulamento Eleitoral.

O novo Regulamento Eleitoral destina-se já às próximas eleições de todos os órgãos sociais da Associação (centrais, regionais e locais), que terão lugar, por decisão da Mesa da Assembleia Geral Nacional, no próximo dia 5 de Maio. Note-se que nos termos do Regulamento Eleitoral agora aprovado as listas de candidatos para as eleições devem dar entrada na Mesa da Assembleia Geral

eleições para todos os órgãos sociais em 5 de Maio

Nacional, Mesa da Assembleia Geral de Zona ou Direcção de Delegação, conforme se trate respectivamente dos órgãos sociais centrais, de zona ou de delegação, até ao dia 15 de Abril, ou seja, confor-

me o regulamento, 20 dias antes do acto eleitoral.

No final da Assembleia, que terminou já passava das 20 horas, os sócios que ainda se encontravam presentes aprovaram uma moção a propósito de «os anos do século» que publicamos também neste número.



Um aspecto da Assembleia durante os trabalhos

A ADFA PRESENTE NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

Aproximam-se as comemorações do 25 de Abril. A passagem do 5.º aniversário do dia e acontecimento mais importante dos últimos tempos da história portuguesa vai ser assinalada com entusiasmo, alegria e determinação de prosseguir por quantos abraçaram a nova realidade nascida dos cravos da madrugada de Abril. Os deficientes das Forças Armadas encontram-se entre esses. E encontram-se na primeira linha, posição que fatalmente foi determinada pelo desrespeito de que foram objecto pelo regime fascista, tanto ao serem levados para uma guerra injusta que os vitimou, como ao lhes ser negado posteriormente o estatuto completo de cidadãos, sendo remetidos para a marginalização como corolário da necessidade de esconder os malefícios dessa guerra impopular.

A ADFA terá este ano uma acção central nas comemorações, assim o entenderam os órgãos responsáveis da Associação e para tanto conta-se com o apoio da comissão oficial, através do seu presidente, major Vasco Lourenço, que

reconhece o significado e importância da participação dos deficientes das Forças Armadas na festa da liberdade, evidenciando bem os males pelo fascismo provocados. Fazendo referência às várias realizações que a ADFA levará a cabo, vamos desde já salientar a que aqui deve ter relevância especial: será publicação de um número especial do «Elo» que incluirá um suplemento infantil. Com uma tiragem de 20 000 exemplares e uma tiragem ainda muito mais elevada do suplemento infantil só por si (a chegar a todas as escolas do País), este «Elo» especial irá até junto de muitos portugueses, levando a mensagem da ADFA e do 25 de Abril. Colaborarão nessa edição jornalistas, autores e poetas consagrados que, com artigos vários, farão uma análise dos pontos fundamen-

tais do próprio programa oficial das comemorações, ou seja, democracia, liberdade, justiça social e descolonização, além de estar sempre presente a tônica dos deficientes e da reabilitação.

Das várias iniciativas da responsabilidade da ADFA anunciam-se, desde já, as seguintes: — De 21 de Abril a 2 de Maio estará patente ao público, na sede da Associação em Lisboa, uma exposição fotográfica sobre a guerra colonial e suas consequências, 25 de Abril, criação da ADFA e reabilitação e integração social de deficientes. — Na noite do dia 24 para 25 de Abril será projectado no Rossio um diaporama em que constarão temas semelhantes aos da exposição fotográfica. Conjuntamente com o diaporama prevê-se a actuação de

lise dos pontos fundamen-

(Continua na 2.ª pág.)

«SOLDADINHO DO MATO»

«Guerra é um somatório de sevos males» AQUILINO RIBEIRO

Certo artigo, publicado pelo «Diário de Notícias» da autoria de um Sábio, versando problemas decorrentes da descolonização, gerou grande polémica. É um escrito em termos acutilantemente críticos, apontando os malefícios advindos, segundo o autor, da descolonização, do 25 de Abril, do MFA, dos partidos, dos militares, de tudo quanto se prende com a independência das colónias.

Responderam intelectuais, escritores, eruditos, alguns Conselheiros da Revolução. Fizem-se debates, reuniões de tertúlia, escreveram-se mais e mais colunas, no mesmo e em outros periódicos, sustentando ou rebatendo o requisitório de Sua Excelência, Professor, Leitor, Doutor, Historiador, Sábio...

Consabidamente, quando um sábio explana as suas razões, exprimindo-se lá das alturas da sua categoria e sapiência, só alguns velhos, também excelso doutores, podem ousar a contradita. Porém, se assim é, que temos nós, Deficientes das Forças Armadas, a ver com isto?

Temos muito, temos tudo, a ver com o assunto. Quando os Senhores Lentes senis, que quantas vezes nem apontaram uma pssari-nheira, se metem a dissertar sobre matérias político-militares que se processaram no terreno, aí exigimos o direito de bradar: ALTO LÁ!

Não duvido sequer que o Doutor António José Saraiva seja um preclaríssimo sábio, um emérito cientista das Letras. Quanto à sua novíssima sabença no concernente a questões coloniais, já ponho grandes reticências... E que ninguém invoque ser indispensável o canudo da Escola Colonial para decretar sentenças incidindo na História da Descolonização. Não senhor. Basta ter estudado muito ou estar ligado, no caso concreto e candente da descolonização de Angola, à África. E quantos não passaram por Angola? E quantos tiveram de estudar, a sério, muito a sério e em vários cursos, Direito Constitucional, Colonial e Internacional? Quem, neste País, letrado ou não, se alheou do problema angolano?

Parece por vezes que os sábios não leram Plutarco e Aristófanos ou ignoram Mestre Aquilino... Lamentável!

A culpa dos descabros que desentrenha da descolonização não é atribuída, pelo Doutor, ao «soldadinho do mato», como se o Soldado fosse uma massa bruta, o soldadinho, como dirá, porventura, ao ver-nos, os aleijadinhos, os ceguinhos...

Engana-se, Excelentíssimo Senhor Professor, Doutor, Lente, Leitor, Historiador! Os Soldados Portugueses, ao invés de alguns sábios, sabem, souberam — mesmo saturados da crueldade da guerra — ser responsáveis e, se analfabetos, nunca foram estúpidos... Não tenho conhecimento de abandonos nem sei de quem, na mata, se tenha eximido às mais penosas tarefas e missões de ónus desmedido. Ou virá ao caso a situação dos jovens burguesetes candidatos a insígnies ministros, igualmente excelentes, Doutores, Professores, desertados para as magníficas Universidades na Suíça?

Nós escrevemos, por imposição mas conscientemente, a História, com sangue, na terra africana, sabemos que TODAS as guerras fatalmente «acabam da pior maneira possível» e não será um Mestre mui erudito, chegado à polémica da descolonização apenas em 1979, a minimizar o «soldadinho do mato». Só agora? estará em perigo alguma Cátedra dado o Doutor lembrar em demasia que jogava à esquerda em tempos idos? Faltará tesaurizar os louros da direita ora ascendente?

Sua Excelência o Senhor Professor Doutor incrimina o «comando»... Que comando? Se o Sábio visa os jovens coronéis, apanhados na vaga da descolonização em pleno teatro de operações, incorre no erro crasso daqueles, militares e civis, que das alcatifas do Terreiro do Paço ou de Belém, sonharam pequeninas Índias salazaristas com batalhões mal armados a fazerem-se massacrar, inutilmente, com milhares de civis, velhos, mulheres, crianças, para não abater invisíveis e quixotescos estandartes...

A realidade era bem outra, numa Angola pós 25 de Abril e, se algum comandante de Unidade teve o bom senso de evitar carnificinas revelou qualidades militares, meritórias serenidade e inteligência, devendo-lhe respeito e louvor quantos saíram vivos de eventual situação.

Ao referir-se a comando, aludia o Doutor Saraiva, por absurdo, à brigada do reumático? Bem podia procurar um De Gaulle ou um Salan no guinhol dos idosos generais... aquilo era um grupo de opereta, entalado no cenário marcealista da caduca Assembleia Nacional, Excelência!

Não deve o sapateiro ir além da chinela mas, desta feita, afigura-se-me que o Douto Historiador, salvo melhor juízo, faliu: fugiu à proposição não se fixando na descolonização, derivando para os mais variados temas; não se fundamentou em documentos e testemunhos.

Estes dois indeclináveis instrumentos de análise do facto histórico são do conhecimento de qualquer recruta das escolas regimentais.

Atente Vossa Excelência que o Povo foi, e é, uma presença constante, participando, de uma forma ou de outra, sendo — que remédio! — obreiro da História e até da Literatura... é o fado!

Uma derradeira palavra: transparece cristalinamente dos laureados artigos que Sua Excelência o Senhor Professor Doutor não gosta dos ciganos... Creia Excelência que os ciganos são óptimos e leais militares, os acampamentos ciganos não são, nem por sombras, uma balbúrdia e, ainda no nosso tempo, chegará o dia de se constituir o Povo Cigano em Estado, com território e poder político.

Que bom será quando os detentores da erudição e ciência descerem das altaneiras sédias onde os empoleiraram e visitarem um quartel, a ADFA e (não há perigo!) acampamentos de ciganos! Quando tal acontecer, logo teremos Sábios risonhos e de corpo inteiro, distribuindo às crianças os rubros cravos de Abril que só murcharam nalgumas bibliotecas doiradas, poeirentas e vazias...

ANTÓNIO EMÍLIO SANTA-RITA

(Formado em Mafra e nos Dembos; quatro anos de Serviço Militar obrigatório; Sócio da ADFA; Curioso de questões políticas africanas).

P. S. — Não é o «ELO» redigido por doutores, utiliza um vocabulário acessível a qualquer pessoa e, em especial aos sócios da ADFA e trabalhadores que, infelizmente, podem ser iletrados.

Por isso, amigo leitor, não te admires de ouvir falar em Aristófanos, Plutarco, ou outro nome estranho! É nosso objectivo, como sabes, melhorar, em cada número, a qualidade do «ELO», elevando a cultura de cada um de nós com o contributo de todos, e iremos explicando o que pareça difícil. Divulga o «ELO», mostra-o a estudantes e, se tiveres dificuldades ou dúvidas, escreve sem hesitações...

Não é vergonha ser analfabeto. Vergonhoso é ser Doutor e não conhecer a situação dos Deficientes do nosso País!

HISTÓRIAS DA TI'ANICA

É a primeira vez que escrevo para o jornal. Mas quero dizer a vossemecês que já lia o «ELO» desde quando o filho da minha comadre Olímpia me emprestava. A minha comadre mora aqui na aldeia ao pé de mim e tem um filho que ficou sem um braço e cego de um olho na Angola. E ele estava aí na Associação e quando vinha a casa trazia o jornal para eu ler e contava-me outras coisas que não vinham no jornal. De maneira que eu sei muitas coisas de vossemecês e da Associação. E depois quando ele casou e ficou empregado aí em Lisboa deixou de vir tão amiúde cá ao Algarve e já não me trazia o jornal.

E vai daí eu resolvi ser assinante e todos os meses recebo o jornal. E que eu sempre gostei da maneira como vossemecês têm lutado para o bem de todos os deficientes e andado com a Associação para a frente. Por exemplo agora fiquei muito contente de irem abrir uma delegação em Faro. E o que é preciso é que os rapazes aqui do Algarve ajudem a construir e manter a delegação para bem de todos. Eu quando for a Faro também vou lá dar uma ajudinha. A casa que era o mais difícil já está. Agora com a casa é como o código postal. É meio caminho andado. E se vossemecês quiserem, todos os meses mando uma história cá das minhas. Até depois e adeus.

ANICA

Nota da redacção: Foi com grande satisfação que recebemos e publicamos esta carta da «Ti'Anica», ficando a aguardar as suas histórias mensais que, pelo que se deduz deste primeiro contacto, irão ter um saudável sabor popular.

EDITORIAL

(Continuação da 1.ª pág.)

terminada, não se discute, porque autoridades e televisão entendem que se trata de objecto exclusivo dos historiadores — mas não dos actuais!

No seu decurso, a guerra era só discutida pelos governantes e generais, encerrados nos seus gabinetes, desgarrados e divorciados respectivamente do povo português e das Forças Armadas. E isto era verdade. E isto provou-o o 25 de Abril quando derrubou o governo e demitiu os generais que, fiéis servidores do regime, lhe hipotecavam as Forças Armadas para este manter os soldados de Portugal numa guerra injusta, inútil e evitável, como a classificou já o actual comandante supremo das Forças Armadas.

Vai sendo forte a provação a que este povo martirizado pela guerra colonial e muitas outras agressões dos 48 anos de fascismo parece novamente estar a ser submetido. Engolir à força e calar o próprio sofrimento deliberadamente causado por quem criminosamente não hesitava em levar os jovens portugueses à morte para garantir interesses materiais ou políticos é demasiado. E é demasiado sobretudo agora, sobretudo depois do acto libertador do 25 de Abril, levado a efeito, é bom que não se esqueça (a história não o esquecerá) pelos militares que entenderam que já bastava de guerra sem sentido.

Mas, apesar do empenhamento (que parece grande) de alguns sectores do poder e dos órgãos de informação, não será fácil calar a voz da revolta, evitar a denúncia dos verdadeiros culpados, nem apagar os vestígios da acção praticada. Em cada deficiente das Forças Armadas e em cada família dos militares falecidos há uma testemunha viva, é bom que se não esqueça. E o próprio regime fascista não conseguiu constituir-se em fortaleza indestrutível perante a força da revolta do povo e dos militares que se materializou no histórico 25 de Abril.

Apoiados na força de Abril, que em breve se comemora, todos quantos não toleram que a mentira e o obscurantismo envolvam novamente tudo o que diz respeito à guerra colonial saberão impor e exigir que a verdade e a liberdade sejam neste País definitivamente respeitados.

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

(Continuação da 1.ª pág.)

alguns artistas populares. Além disso, nesta noite as instalações da Associação, incluindo o bar, estarão abertas para confraternização.

— No dia 25 haverá uma sessão especial para crianças em frente à sede da Associação que constará de pinturas e actuação de palhaços e artistas.

— Está prevista, em data ainda não fixada, a realização, na sede da Associação de um colóquio sobre colonialismo com a participação de reconhecidos

dos especialistas nesta matéria.

— No dia 25 de manhã realiza-se um encontro desportivo de deficientes sócios da ADFA e da APD, em princípio no Estádio Universitário, que incluirá várias modalidades, tais como atletismo, basquetebol, tiro ao arco e ténis de mesa.

— No período próximo do dia 25 a Associação fará várias intervenções na rádio, televisão e jornais, difundindo a sua posição em relação ao 25 de Abril e a tudo que ele representa.

DELEGAÇÃO DA ADFA EM SETÚBAL PROMOVE GRANDIOSO ESPECTÁCULO EM 2 DE ABRIL

A delegação da Associação em Setúbal leva a efeito, no próximo dia 2 de Abril pelas 21 horas, no Cine Teatro Luisa Todi naquela cidade, dedicado aos deficientes das Forças Armadas e população em geral, um grandioso espectáculo com o Orfeão Universitário do Porto.

Além de um concerto coral e variedades, este espectáculo incluirá ainda danças regionais, cantares populares, poemas, coros, etc.

O espectáculo é subsidiado pela Secretaria de Estado da Cultura.

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA, À OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA.

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDAMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

Amar e ser amada

*Amar e ser amada — que ventura! —
Desperta em nós o dom da poesia
Mas quando fenecer é que a dor surgida
Faz explodir esse amor que em nós vivia.*

*Viver-se rodeada de conforto,
Amar e ser-se amada ao mesmo tempo!
Não há sacrifício que nos assuste,
tudo se suporta sem um lamento.*

*No mundo não há nada mais bonito
Que a entrega mútua de dois corações!
A vida, assim, é sol no infinito.*

*Morte, que és iniqua em tuas funções!
Pões fim ao que na terra há de bendito;
Sem amor — vida agreste sem emoções.*

LAURINDA F. DE CARVALHO

Uma palavra de amor

*Se tu vires alguém triste,
Vai perguntar a razão.
Porque às vezes a pobreza
Não é apenas de pão.*

*Uma palavra amiga
também sabe confortar
E, às vezes quem a mendiga
não a consegue alcançar.*

*O conforto moral ajuda
muitas vezes a viver.
Se tu vires a desventura
vê se lhe podes valer.*

*A água que vem da fonte
dá de beber a quem passa.
Uma palavra d'esperança
pode evitar a desgraça.*

*Nunca se deve negar
conforto seja a quem for,
é sempre bom ter para dar
uma palavra d'amor.*

ISOLINA ALVES

DOIS DEDOS DE PROSA

Agradecemos a Laurinda F. Carvalho os dois livros de poesia que nos enviou.

Neste número publicamos dois poemas desses mesmos livros. «OS DOIS AMORES» do livro «RETALHOS DE POESIA» e «AMAR E SER AMADA» do livro «REMINISCÊNCIAS DO PASSADO».

Não é nosso hábito fazermos críticas literárias, aliás o nosso «ELO» carece, por razões óbvias, duma rubrica para esse efeito, motivo porque não tecemos qualquer comentário a respeito das obras recebidas.

Agradecemos as dedicatórias.

★

Curiosamente neste número, o tema é o amor.

Os dois amores

*Há muitos amores na terra
Mas fáceis de distinguir
Leais fortes como a rocha
só dois posso definir.*

*O dos pais é o mais sincero
quando são pais a valer
Há os que abandonam os filhos
deles não querem saber*

*Estes — miséria humana —
que se lhe há-de chamar?
Se são piores do que as feras
nem na selva têm lugar*

*Os pais que os filhos educam
com carinho e sacrifício
com orgulho verão pagos
Seu amor, seu benefício*

*Além deste, puro e santo
há o amor conjugal.
Se é amantíssimo sincero,
no mundo não tem rival*

*Nada conta o sofrimento
e o trabalho mais pesado:
se em casa reina harmonia,
amor mútuo, compensado*

*Tudo corre às maravilhas,
o mundo é delicioso.
Dois corpos num só unidos
Tornam o futuro ditoso*

LAURINDA F. DE CARVALHO

Amor

*Se o coração falasse por momentos,
Se as lágrimas corressem livremente,
Se o orgulho pudesse estar ausente
Mostrando à luz do dia os sofrimentos*

*Se a vaidade perdesse os seus intentos,
E não ferisse assim, tão cruamente,
Se se dissesse só o que se sente,
Mostrando os verdadeiros sentimentos*

*Se se atendesse à voz duma razão
Desprezando a quimérica ilusão
De sofrer para dentro ignota dor,
Entre o Homem surigiria mais verdade
Mais ternura, carinho suavidade,
E saber-se-ia então o que é Amor*

VIRGÍLIO CARVALHO GODINHO

NOTÍCIAS DA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO PARA DEFICIENTES MENTAIS

Inserido na actividade que o MADI — Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual, vem desenvolvendo, encontra-se em construção na cidade do Porto, um Centro de Educação Profissional integrado para Deficientes Mentais.

Este Centro, que conta com o apoio da Câmara Municipal do Porto e de outros organismos Estatais, terá capacidade para cerca de 100 deficientes, estando a sua acção programada para a fase imediata à do Ensino Especial.

Assim, ficará a cidade do Porto a dispor de uma unidade reabilitacional num sector tão carenciado como é o dos Deficientes Mentais.

CONCURSO PARA APRENDIZ DE MARCENEIRO

Avisam-se os associados interessados que está aberto concurso para preenchimento de uma vaga de aprendiz de marceneiro na Delegação do Porto da A.D.F.A.

As candidaturas deverão ser aprestadas na Secção de Procura e Oferta de Emprego daquela Delegação até ao dia 20 de Abril de 1979.

O CONSELHO MUNICIPAL DO PORTO E OS DEFICIENTES

Como já foi noticiado em anteriores números deste Jornal, os Deficientes Físicos e Mentais têm um representante no Conselho Municipal do Porto, representante este escolhido em reunião das várias associações de Deficientes do Conselho, tendo tal escolha recaído num elemento da A.D.F.A.-Porto.

Como reflexo desta participação, está a sugestão das medidas a adoptar no campo da Reabilitação e Integração social do Deficiente, medidas estas inseridas no Parecer que o Conselho Municipal emitiu sobre o Plano de Actividades da Câmara Municipal, para o corrente ano.

Transcrevem-se a seguir algumas das sugestões apontadas, pelo interesse de que se revestem:

«Recomendar à Câmara Municipal do Porto o cuidado a ter na construção de novos bairros e, dentro do possível, nos existentes, eliminar as barreiras arquitectónicas, reservando as habitações do rés-do-chão para os deficientes. Da mesma forma, se recomenda os mesmos cuidados no que se refere a edifícios públicos.»

«Instalar nos semáforos sinalizações sonoras e rampas nas passagens para peões, de forma a facilitar a sua utilização pelos deficientes físicos.»

«Adaptar os recintos desportivos existentes ou a criar, para a prática do desporto por parte dos deficientes.»

«Apoiar, dentro das suas possibilidades, as associações de deficientes do Conselho na realização, pelas mesmas, de uma campanha de consciencialização e sensibilização da opinião pública e entidades públicas, para a problemática do Deficiente.»

No caso destas recomendações se vierem a concre-

ZONA NORTE

tizar, tornar-se-á a Câmara Municipal do Porto pioneira na criação de condições, que permitam uma correcta inserção do Deficiente na sociedade.

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

esteve na ADFA-Porto

Esteve de passagem pela A.D.F.A.-Porto, no passado dia 3 de Março, o Ministro da Defesa Nacional, Tenente-Coronel Loureiro dos Santos, aproveitando a sua estadia na cidade do Porto, onde visitou outras instituições.

Foi recebido por elementos da Direcção de Zona Norte que, devido à rapidez da visita, não puderam explicar àquele membro do governo as preocupações com que se debate a Delegação, nomeadamente no que diz respeito a instalações, nem dispensar-lhe a recepção desejada.

Apesar de todos os circunstancialismos que rodearam esta visita, não deixou aquele membro do governo de visitar a Oficina Ortopédica, onde teve a oportunidade de apreciar a actividade ali desenvolvida.

CONSULTAS DE ORTOPEDIA no Hospital Militar do Porto

Avisam-se todos os associados, que só poderão apresentar-se às consultas de Ortopedia no Hospital Militar Regional N.º 1, no Porto, após marcação prévia das mesmas.

As marcações poderão ser feitas através da Delegação do Porto da A.D.F.A., ou na Central de Consultas daquele Hospital.

CONCURSO PARA MOTORISTA

Avisam-se os associados interessados que está aberto concurso para preenchimento de uma vaga de motorista na Delegação do Porto da A.D.F.A.

As candidaturas deverão ser apresentadas na Secção de Procura e Oferta de Emprego daquela Delegação até ao dia 20 de Abril de 1979, exigindo-se a apresentação da carta de condução ligeiros/pesados profissional.

REUNIÕES NA ADFA-PORTO

Tem sido prática da Delegação do Porto reunir periodicamente com os associados no sentido de os esclarecer sobre os mais variados aspectos da sua actividade, fazendo-os, desse modo, participar na vida associativa.

A estas reuniões, que se vêm efectuando nos primeiros sábados de cada mês, pelas quinze horas, têm assistido muitos associados, embora não tantos como seria de desejar.

Chama-se a atenção dos associados para a necessidade da sua presença na próxima reunião deste género, a realizar no dia 7 de Abril, pelas 15 horas, onde serão discutidos assuntos relacionados com as eleições para os Órgãos Sociais da A.D.F.A., que se aproximam. Em todos os sábados seguintes, até ao dia 5 de Maio, haverá igualmente reuniões, à mesma hora, ainda sobre as eleições.

NOVA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

TODOS OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS PODEM REQUERER À REVISÃO PROCESSUAL SEM PRAZO LIMITADO

Por Portaria do Ministério da Defesa Nacional, publicada no «Diário da República» de 12 de Março, todos os deficientes das Forças Armadas não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, ou seja, cujos acidentes ou doenças não foram consideradas em campanha, podem requerer a revisão processual a fim de eventualmente serem abrangidos por aquele diploma e obterem assim a qualificação de DFA.

Esta Portaria, que é em si uma antecipação ao previsto no projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76 (revisão processual sem prazo), vem facultar aos deficientes, que por motivos vários não puderam requerer a revisão dos seus processos, a oportunidade de poderem ser reparadas algumas situações de injustiça.

E esta oportunidade deve, desde já, ser aproveitada, pelo que todos os associados que se encontrem na perspectiva de poderem ser abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76 e que ainda não pediram a organização ou revisão dos seus processos devem dirigir-se às delegações da Associação a que pertencem ou aos serviços centrais da sede, a fim de os seus requerimentos serem elaborados e encaminhados.

É imprescindível que o associado se desloque à Associação para este efeito, já que a organização ou revisão do processo efectuar-se-á sempre a pedido do interessado.

Aproveita-se para avisar os sócios que não tenham processo ou auto de averiguações por doença ou acidente, ou que o mesmo se tenha extraviado que, para melhor condução do novo processo (processo sumário a ser organizado

pelas entidades militares), torna-se absolutamente necessário a indicação de duas testemunhas, de preferência de posto superior (comandante de companhia, comandante de pelotão, comandante da unidade ou outros, na falta destes, mas que tenham presenciado o acidente ou tinham conhecimento da doença).

Transcrevemos a seguir, a Portaria n.º 114/79 de 12 de Março.

Considerando que estão em curso os trabalhos preparatórios do novo regime jurídico dos deficientes das forças armadas e que não é possível prever quando estarão integralmente realizados;

Considerando que a existência do prazo fixado no n.º 3 da Portaria n.º 162/76, de 24 de Março, sucessivamente prorrogado pelas Portarias n.º 603/76, de 14 de Outubro, e 197/77, de 12 de Abril, está

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

No sentido de facultar aos sócios oportunidade da sua valorização com vista à sua melhor integração e melhoria da sua situação sócio-económica, a delegação de Viseu vai proceder à realização de um curso de iniciação à contabilidade e outro de dactilografia. O início do curso de iniciação à contabilidade está previsto para meados de Abril, com aulas nocturnas e gratuitas. O curso de dactilografia será iniciado logo após se terem reunido as condições para o efeito e paralelamente ao outro desde que um não prejudique o outro em termos de horário, tendo em consideração a exiguidade das instalações. Os sócios interessados poderão fazer a sua inscrição na delegação de Viseu, o mais breve possível. As inscrições serão limitadas.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL 200\$00

SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE

VALE DE CORREIO

(Riscar o que não interessa)

UM CASO DE JUSTIÇA

Abandonado pela mulher que lhe deixou 4 filhos, despedido das minas de Jalles por o seu estado físico não permitir um trabalho tão esforçado, vitimado pela guerra colonial, eis o drama de um homem transmontano que, apesar disso, se viu levado para cumprir uma pena de prisão, por não ter pago a licença de cão.

Com efeito, quando se apresentou em Tribunal, declarou não possuir meios para pagar a multa, em virtude de o seu processo como D.F.A. estar a correr os seus trâmites legais, não auferir subsídio de desemprego, o qual he fora recusado, nem possuir outras fontes de rendimento.

a impedir a revisão de processos cujo adiamento até à publicação do novo regime não se manifesta conveniente: Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte: 1 — O n.º 3 da Portaria n.º 162/76, de 24 de Março, pas-

sa a ter a seguinte redacção: 3 — A revisão do processo efectuar-se-á sempre a pedido do interessado, mediante requerimento dirigido ao Chefe do Estado-Maior do ramo respectivo.

2 — Esta portaria produz efeitos desde 22 de Junho de 1977.

5.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

DELEGAÇÃO DE VISEU VAI REALIZAR ESPECTÁCULO DE VARIEDADES

Aproxima-se a conclusão de mais uma ano de vida da ADFA, que se completará a 14 de Maio próximo, altura em que todos os seus associados sentem mais de perto a sua Associação, alguns até, como parte integrante e inseparável da sua própria existência.

A ADFA vai fazer cinco anos de vida. Cinco anos de luta intensa. Cinco anos de árduo trabalho para aqueles que a criaram e para os que embora aparecessem mais tarde, a abraçaram tenazmente e a ela se dedicam inteiramente e que para muitos o preço da sua dedicação tem-lhes causado vários dissabores que na sua maior parte ficam no anonimato, mas que no entanto sentem que valeu a pena porque a análise histórica destes cinco anos o aponta e os milhares de sócios o afirmam.

A ADFA é uma realidade e uma grande força a todos os níveis. Deu e recebeu muito dos seus associados. Mas a ADFA não pode parar, antes pelo contrário, deve continuar a engrandecer e a pugnar pelos direitos dos seus sócios, contribuindo decisivamente para o desfazer das injustiças que teimam em persistir e para a integração plena dos deficientes numa sociedade que atravessa uma fase difícil e periclitante mas que, inevitavelmente, se transformará e aceitará a integração cabal dos deficientes. A ADFA vai comemorar, a nível nacional, o seu 5.º aniversário, procurando realçar esse dia de modo a possibilitar aos seus sócios a oportunidade de se

unirem em seu torno e a meditação consciente sobre o que é a ADFA. Procurará chamar a atenção do povo e governantes para os problemas que nos afligem. Procurará confraternizar com outras organizações congêneres e outros deficientes. Procurará transmitir alegria e optimismo para um futuro que, embora sombrio, poderá, se todos quisermos e nele participarmos, se, bastante melhor.

A delegação de Viseu, pela primeira vez, vai levar a efeito um espectáculo de variedades, integrado nas comemorações do 5.º aniversário, que se realizará em princípios de Maio, possivelmente no auditório da Feira de São Mateus e que constará da actuação de Ranchos folclóricos da região e a participação de artistas, prevendo-se a vinda de alguns já bastante conhecidos, para além de outras iniciativas dinamizadoras. Apelamos para a participação activa de todos os Camaradas do Distrito de Viseu e Guarda, colaborando na organização e realização do espectáculo. É com alguma mágoa que só este ano vamos participar directamente, pois em anos anteriores se poderia ter feito qualquer coisa, embora em muitos de nós estivesse bem patente o significado desse dia na vida da ADFA que só o 25 de Abril permitiu que nascesse, data que também nos é muito grata. Mas como diz o velho rifão do povo, mais vale tarde do que nunca. Estamos certos que, com a vontade e querer de todos, será possível realizar um espectáculo inesquecível.

Os sócios interessados em participar podem entrar em contacto com a Delegação de Viseu, onde serão prestadas informações mais detalhadas.

Sócios do Algarve vão assinalar com um convívio a abertura da Delegação de Faro

Para assinalar a abertura da delegação de Faro, os sócios do Algarve vão reunir-se num convívio, que constará de uma sessão de esclarecimento e informações e um jantar de confraternização, a realizar no próximo dia 7 de Abril. A sessão de abertura da delegação inicia-se às 15 horas nas instalações da delegação (Rua de S. Pedro, n.º 30). Estarão presentes nesta realização elementos da Direcção Central e da Direcção da Zona Sul.

REALIZOU-SE EM LISBOA 1.º ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Organizado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo Científico da Deficiência Mental, teve lugar em Lisboa, nos dias 14, 15 e 16 de Março, o 1.º Encontro Nacional de Educação Especial, integrado no Ano Internacional da Criança que este ano se entendeu dedicar às crianças de todo o mundo.

A ADFA foi convidada a participar e esteve presente nas sessões plenárias que tiveram lugar na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa e em duas mesas redondas cujos temas focaram a Deficiência Mental e Problemas Emocionais e de Comportamento, não lhe sendo possível assistir aos deba-

tes dos outros assuntos tratados que foram sobre os seguintes temas: Deficiência Motora e Deficiência da Comunicação e Dificuldades da Aprendizagem.

E foi com o objectivo de analisar a situação da criança deficiente em Portugal e perspectivar o futuro do ensino e integração no meio social em que todos nos devemos integrar, que estiveram reunidas durante três dias cerca de um milhar de pessoas, na sua grande maioria mulheres, ligadas ao ensino especial oficial, às C. E. R. C. I., a Associação de Pais e técnicos médicos e para-médicos, psicólogos, etc.

Sintetizando os objectivos que se pretendiam alcançar, são os seguintes:

1. Contribuição para a prevenção da deficiência.

2. Encontro entre os diferentes profissionais que exercem uma acção em prol da criança deficiente, de modo a fomentar:

— Troca de informações e experiências;

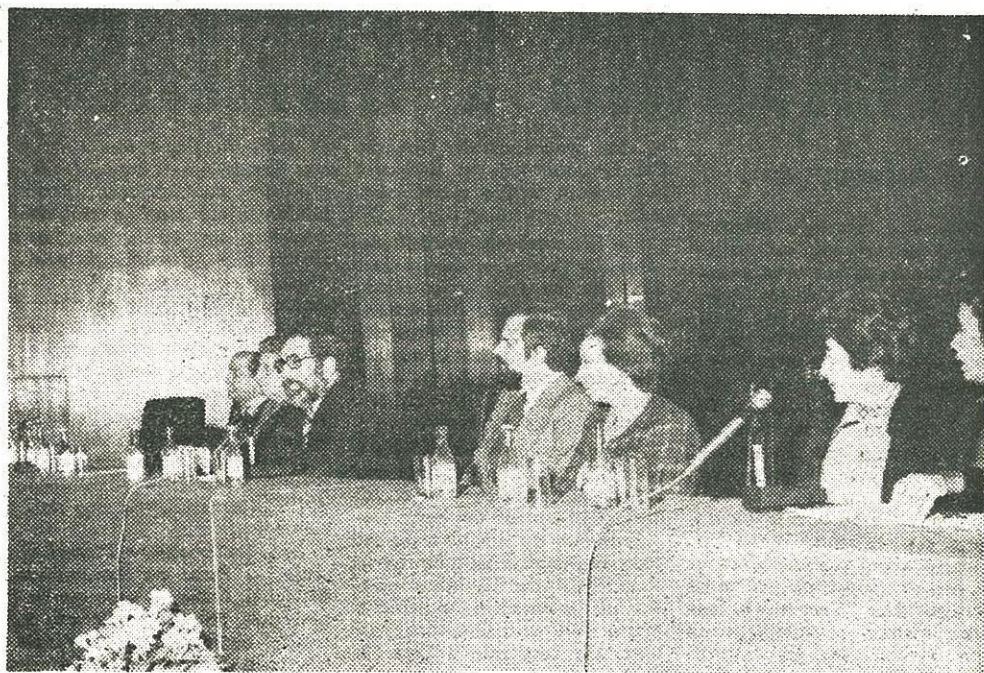
— Análise da realidade nacional neste campo;

— Procura de uma linguagem comum, essencial a uma eficaz conjugação de esforços.

3. Sugestões para modificação das estruturas educacionais.

As conclusões deste encontro irão ser publicadas em livro a sair brevemente e acerca das quais voltaremos a falar no próximo número do «ELO».

Na sessão de encerramento estiveram presentes alguns membros do Governo, nomeadamente o Ministro da Educação e Investigação Científica que usou da palavra e o Secretário Nacional de Reabilitação, além do representante do M. A. S.



Sessão de encerramento

CRIAÇÃO DO INSTITUTO DA EDUCAÇÃO E ENSINO ESPECIAL

Prevê Projecto de Lei em discussão na Assembleia da República

Encontra-se em discussão na Assembleia da República um projecto de lei que prevê a criação do Instituto da Educação e Ensino Especial a funcionar na dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica.

Este projecto foi apresentado na Assembleia da República pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português que enviou cópia à ADFA solicitando sobre o mesmo críticas ou sugestões.

O projecto agora em discussão vem colmatar uma lacuna existente no âmbito do ensino especial, com o que, obviamente, nos congratulamos, propondo-se criar as estruturas necessárias e capazes de dar resposta à situação em que se encontram muitos milhares de crianças que, devido às suas deficiências, se vêem privados do acesso ao ensino em condições adequadas às suas dificuldades.

No preâmbulo deste projecto considera-se que «as instituições privadas de ensino, ou têm fins lucrativos e preços que as tornam inacessíveis à esmagadora maioria dos interessados, ou não buscam o lucro, carecendo simultaneamente de meios necessários a uma actuação eficaz». E ainda no preâmbulo deste projecto considera-se que se torna necessário inverter a actual situação pondo fim à desarticulação e dispersão que no sector público de ensino especial continua a verificar-se. E, acrescenta-se, «se para isso é imprescindível que o Governo vele pela operatividade dos mecanismos de planificação e articulação global já existentes, há que ir mais longe e impedir que, no que directa e especificamente diz respeito ao ensino especial, subsista por mais tempo a dispersão de serviços pelos Ministérios de Educação e dos Assuntos Sociais».

Nos termos deste projecto, a educação especial, definida como um conjunto de serviços de educação, instrução, atendimento e apoio prestados às crianças, aos jovens, às famílias ou a instituições, destina-se àqueles que, sofrendo de deficiências físicas, mentais ou outras, carecem de apoio nas escolas regulares onde se encontram ou de cuidados adequados em instituições da especialidade.

Salienta-se neste projecto o realce que é dado à «articulação necessária entre os serviços de educação e ensino especial e os diversos departamentos governamentais com interesse na definição ou execução da política nacional de reabilitação de deficientes, em particular o Secretariado Nacional de Reabilitação, o Serviço Nacional de Saúde e o sistema unificado de segurança Social».

Depois de analisado este

projecto de lei apresentado à Assembleia da República, à Direcção Central da ADFA enviou o seu parecer, em que concorda na generalidade com o projecto de lei, considerando-o oportuno, já que se enquadra no processo desenhado pela criação do Secretariado Nacional de Reabilitação com o total empenhamento e apoio dos deficientes através das suas organizações representativas. No entanto, a ADFA considera, no seu parecer, que o diploma a aprovar não se deve destinar apenas à educação e ensino especial das crianças e dos jovens, mas prever igualmente o ensino especial de adultos, neste caso em ligação com o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base para Adultos criado pela lei n.º 3/779.

A ADFA entende que o ensino especial para os adultos deficientes deve igualmente ser considerado, dada a dificuldade com que muitos se vêm debatendo no seu esforço na integração socio-profissional e a disponibilidade e interesse que estes manifestam em se valorizarem culturalmente a fim de adquirirem habilitações literárias necessárias e, muitas vezes, imprescindíveis para desenvolverem uma actividade profissional compatível. Aliás, neste domínio a ADFA tem uma grande experiência, já que vem impulsionando directamente o ensino para deficientes das Forças Armadas com resultados positivos.

MOÇÃO SOBRE «OS ANOS DO SÉCULO» APROVADA PELOS SÓCIOS PRESENTES NA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

1 — Considerando que a suspensão do programa televisivo dos «Anos do Século» foi motivado pela apresentação do último episódio transmitido «A Guerra Inútil», em que é focado o problema da Guerra Colonial;

2 — Considerando que parece haver forças apostadas em apagar da memória dos portugueses os últimos anos do regime caído em 25 de Abril de 1974, nomeadamente a Guerra Colonial;

3 — Considerando que só a denúncia pública do que foi a Guerra Colonial como foi intenção do referido programa, pode criar a consciencialização nacional do que foi um regime;

4 — Considerando que numa vivência democrática todos têm direito de ouvir e serem ouvidos, e sendo os Deficientes das Forças Armadas a imagem evidente de um povo martirizado, é indispensável a presença da sua Associação em qualquer debate público sobre a Guerra Colonial.

Os Deficientes das Forças Armadas que participaram na Assembleia Geral Nacional Ordinária de 24 de Março de 1979 apoiam a sua Direcção Central em todos os esforços desenvolvidos ou a desenvolver, tendo em vista a presença da ADFA em qualquer debate público que, entendem, não poderá deixar de realizar-se.

DELEGAÇÃO DE COIMBRA PROMOVEU ENCONTRO COM FUTUROS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Prosseguindo o trabalho de dinamização e consciencialização dos vários sectores da população sobre a problemática dos deficientes no nosso país e papel desenvolvido pela A. D. F. A. no campo da reabilitação e reintegração dos Deficientes das Forças Armadas, a secção de dinamização da delegação de Coimbra, em colaboração com a Escola de Enfermagem Ângelo da Fonseca, «Associação de Estudantes», realizou naquele estabelecimento de ensino, no passado dia 20 de Fevereiro, pelas 17 horas, um encontro com os futuros profissionais da enfermagem, tendo em vista a sensibilização dos mesmos para o problema dos deficientes e seu papel numa sociedade socialista.

Foram exibidos filmes documentários sobre a

reabilitação de deficientes no Reino Unido cedidos pelo Instituto Britânico em Portugal solicitados pela nossa delegação através de ofício. O encontro teve a presença de alunos de enfermagem e mais elementos ligados ao ramo, tendo sido divulgado nos órgãos de comunicação social regionais, nomeadamente no «Diário de Coimbra» de 15-2-79 e durante oito dias no programa 3 centro do emissor regional de Coimbra. Antes da exibição dos filmes, dois em inglês e um em brasileiro, houve animada discussão sobre os seguintes temas:

A guerra colonial, a marginalização do deficiente, a consciencialização dos D. F. A. internados nos hospitais militares antes do 25 de Abril, o 25 de Abril, a fundação da A. D. F. A. Intervieram na discussão dos

temas vários elementos, destacando-se uma enfermeira do Centro Hospitalar de Coimbra e um aluno da Escola de Enfermagem.

Antes do debate, o trabalhador da delegação responsável pela secção de dinamização fez uma profunda análise ao trabalho de toda a A. D. F. A., tendo destacado a sua influência na consciencialização de milhares de deficientes do nosso país, incluindo os não deficientes das Forças Armadas. Foi realçado o papel da nossa delegação do Porto no campo protésico, assim como o funcionamento das aulas em Lisboa, etc.

Em consequência de uma crítica feita pelo trabalhador Maia, relacionada com a inclusão de indivíduos sem quaisquer aptidões nos hospitais militares, pensando os mesmos única e exclusivamente, salvo raras excepções, em deixar passar o tempo, uma senhora, enfermeira chefe dos hospitais da Universidade, perguntou ao representante da A. D. F. A. o que era para ele um enfermeiro. Aquele respondeu àquele e outras perguntas, feitas por outros elementos presentes.

Deste encontro resultou grande divulgação da A. D. F. A., tendo o camarada Maia dado juntamente com o sr. João Paz, representante da Associação de Estudantes, uma entrevista à R. D. P. difundida às 19 horas do dia 20 de Fevereiro.

A Associação de Estudantes ofereceu à A. D. F. A. o seu jornal quinzenal, «O Seringa», n.º 24, de 20-2-79, retribuindo a delegação com a oferta do «Elo», de Janeiro. A partir daquela data passará a haver um intercâmbio entre as duas associações, no campo desportivo, cultural e recreativo e troca de jornais.

A reunião terminou por volta das 19 horas, tendo estado presentes pela A. D. F. A., José Soles Girão, José Martins Maia, Manuel Ernesto Rodrigues Paiva e Carlos Alberto Lemos.

SECRETARIADO NACIONAL DA ADFA REUNIU NO PORTO

Realizou-se no passado dia 10 de Março, nas instalações da delegação do Porto, mais uma reunião ordinária do Secretariado Nacional da Associação.

Nesta reunião, além da aprovação do Relatório de Actividades do Secretariado a apresentar à Assembleia Geral Nacional Ordinária, é de salientar a deliberação sobre a abertura da delegação de Faro e a colocação de cento e vinte mil escudos à disposição da Direcção Central para levar a efeito as comemorações do 5.º aniversário da Associação.

Foi ainda analisada a situação da delegação de Coimbra, na sequência de uma proposta do Conselho Fiscal Central, ficando decidido que Coimbra levará oportunamente ao Secretariado Nacional os dados indispensáveis para a definitiva solução das questões relativas ao seu fun-

cionamento e instalações.

Relativamente às comemorações do 5.º aniversário da Associação ficou decidido que a Direcção Central assumirá toda a responsabilidade da sua efectivação. Dos 120 contos colocados à disposição para este efeito, a Direcção Central poderá distribuir as dotações julgadas convenientes até um «plafond» de sessenta mil escudos para Lisboa e vinte mil escudos para cada uma das restantes zonas.

LÊ ASSINA DIVULGA

RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL

I INTRODUÇÃO

Este é o segundo relatório que é apresentado aos sócios, com referência bastante exaustiva às várias actividades desenvolvidas na Associação. Sucede-se, assim, aos relatórios tipo resumo, os relatórios estruturados e com conteúdo, dando a conhecer o trabalho desenvolvido aos sócios que não acompanharam tão de perto as actividades desenvolvidas ao longo do ano.

Houve a preocupação de elaborar este relatório numa linguagem simples e clara, capaz de ser compreendida por todos os associados, permitindo que todos melhor se integrem na estrutura funcional da Associação através do conhecimento perfeito das actividades desenvolvidas.

Os resultados do trabalho realizado ao longo do ano não serão ainda, certamente, aquilo que todos gostaríamos de ler, mas constituem, isso ressalta claro, um notório avanço em relação a 1977, tanto em quantidade como em qualidade, com saliência de prioridades cumpridas (apontadas em 1977), o que traduz o cumprimento cla-

ro dos propósitos da Direcção Central inscritos no programa dos actuais órgãos sociais centrais.

Da leitura deste relatório ressaltará a coerência imprimida à actuação da Associação, tanto no plano interno como externo — coerência que é, como resultado da interpretação dos anseios, uma conjugação da dinâmica própria da Associação e da maturidade já atingida.

Assinalam-se algumas metas que não foram atingidas, mas apenas por falta de tempo, capacidade ou ainda um certo empenhamento da máquina no seu todo nacional. Mas não temos consciência de caminhos errados ou orientações incorrectas e isso deve-se essencialmente à seriedade com que a Direcção Central se empenhou no seu mandato e à consciência da responsabilidade das suas funções, tendo, com ponderação e serenidade estudado profundamente as vias mais correctas a seguir, conjuntamente com os restantes órgãos e com as opiniões e sugestões sempre bem recebidas dos sócios.

A maturidade da Associação e a estabilidade conseguida a nível dos órgãos centrais (foi a única Direcção em que todos

os elementos cumprem todo o seu mandato sem qualquer desistência ou demissão foram fundamentais para o trabalho realizado em 1978. Mas, em contrapartida, a instabilidade verificada em outros órgãos, regionais e locais, teve reflexos negativos no trabalho desses órgãos. Mas o saldo pode considerar-se positivo e temos que orgulhar-nos por a Associação dispor já de um número bastante elevado de quadros que, com responsabilidade, garantem o seu desenvolvimento e a resolução dos vários problemas dos deficientes.

Sem tentar alijar responsabilidades, o facto do Secretariado Nacional, órgão de suprema importância, não ter funcionado da melhor maneira, foi essencialmente o responsável pela não concretização de tarefas fundamentais que teriam proporcionado resultados mais positivos neste exercício. Assim, com o orçamento aprovado quase no fim do ano, sem um planeamento nem estabelecimento de normas sobre os serviços da Associação e sua interligação e ainda com o dimensionamento da Associação em suspenso, verificou-se que faltaram algumas das orientações fundamentais para o exercício pleno da Direcção Central e das próprias Direcções de Zona.

Igualmente se reflectiu no trabalho desenvolvido a ainda não realização de qualquer congresso da Associação, não estando assim definida a orientação básica no domínio da reabilitação, o que produziu uma certa inibição dos órgãos executivos em relação a esta matéria na sua acção diária.

II ACTIVIDADES INTERNAS

Na sequência do trabalho já realizado em 1977, manteve-se a preocupação de estruturar os serviços internos. Foi normalizado, este ano, definitivamente, o funcionamento dos serviços da sede, o que passou por um empenhamento profundo da Direcção Central junto de cada serviço, disciplinando métodos de trabalho e o próprio comportamento de alguns trabalhadores, não se tendo hesitado em tomar medidas firmes sempre que os interesses da Associação o exigiam. Foram desenvolvidas relações de trabalho entre a Direcção Central e as Direcções de Zona, através de deslocamentos da Direcção Central às delegações e dos órgãos destas à sede. Não foi ainda este ano possível normalizar completamente as relações entre os

serviços da sede e os serviços das Zonas e delegações, por não ter sido possível aprovar no Secretariado Nacional o redimensionamento dos serviços e delegações, continuando assim os serviços da Associação a funcionar sem critérios uniformes e ligações funcionais.

A Direcção Central tem consciência que o processo de desenvolvimento dos serviços da sede, zonas e delegações, de uma forma uniforme e criteriosa, passa por uma análise muito profunda das actividades que a Associação deve desenvolver e os serviços que deve prestar aos sócios, em que devem empenhar-se essencialmente todos os órgãos eleitos, a fim de se conseguir uma unanimidade à volta desta questão fundamental. E foi com a preocupação de que os problemas da Associação sejam analisados de uma forma ampla e com profundidade que se realizou o encontro inter-órgãos em Lisboa nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro, cujos resultados foram altamente positivos e que recomendamos que mais encontros deste género tenham lugar.

A nível dos serviços da sede foi feito um esforço no sentido de dotar a Associação da capacidade técnica, ultrapassando a fase de improvisação, com a afectação de pessoal qualificado aos serviços, sendo assim a Associação capaz de equacionar mais correctamente os problemas dos deficientes e dar-lhes solução. Tem-se assim já, a nível da sede, um corpo de trabalhadores próximo do exigido, tendo-se admitido alguns trabalhadores tecnicamente qualificados que substituíram outros sem qualificação.

Embora não tendo sido aprovado o redimensionamento das delegações, isto é, que tipo de delegações a Associação deve ter, a Direcção Central empenhou-se no sentido de criar condições para a abertura de uma delegação no Algarve (conjuntamente com a Direcção da Zona Sul) e outra na Madeira que são as duas áreas mais prejudicadas quanto à presença da Associação. Também a Direcção da Zona Norte se empenhou no sentido de dar uma melhor cobertura à região de Trás-os-Montes, tendo sido feito contactos com sócios de Chaves.

Secretaria e Recepção

Foi através dos serviços de Secretaria, na maior parte das delegações, que se desenvolveram as actividades mais importantes dessas delegações, ou se-

ja, todo um conjunto de acções que visam assegurar aos sócios todos os direitos estabelecidos em legislação.

O ano de 1978 foi ainda dominado, de certo modo, pela revisão processual, cujo prazo legal terminou de facto em 22 de Junho deste ano. Assim, tanto através da Secretaria da sede como das delegações, foram elaborados encaminhados requerimentos de deficientes a solicitar a qualificação de DFA num total de 511, sendo 183 através da Zona de Lisboa, 121 da Zona Norte, 126 da Zona Centro e 81 da Zona Sul.

Os serviços de Secretaria da sede fizeram várias consultas de processos de sócios e outras diligências junto de repartições e entidades militares e civis, no sentido de esclarecer e resolver diversos problemas de associados, além de tratar de assuntos específicos junto das entidades competentes, tais como cartões de reformados em serviço, suspensões de pensões, actualização de pensões, etc.

A Secretaria teve a seu cargo a organização dos processos individuais de admissão de sócios, depois de feitas as inscrições pela Recepção ou pelas delegações, tendo sido admitidos 769 sócios, além de muitos outros que ficaram na situação de pendentes.

Para além dos requerimentos

respeitantes à revisão processual, novas juntas militares e pensões de preço de sangue, foram elaborados outros a tratar de assuntos diversos num total de 1308.

As Secretarias, tanto da sede como das delegações, prestaram vários serviços directos aos sócios, tais como obtenções de cartões dos S. S. F. A. (357), cartões de DFA (204), cartões de Manutenção Militar (17), cartões de reformados em serviço (79), etc.

Em quase todas as delegações, conjuntamente com as Secretarias, funcionou o serviço de recepção, através do qual se prestaram informações genéricas aos sócios, inscrições de novos sócios, encaminhamento de assuntos para outros serviços, além da recepção e expedição da correspondência. Na sede, este serviço, dado o grande número de sócios a solicitar permanentemente informações genéricas a necessidade de a Secretaria se dedicar mais estritamente a tarefas específicas, passou a funcionar independente da Secretaria.

A correspondência recebida através dos serviços de recepção ao longo do ano foi bastante volumosa, sendo, por exemplo, 5240 officios em Lisboa, 2323 no Porto e 3494 na

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO NACIONAL

Impõe a alínea d) do Art.º 31.º dos Estatutos da ADFA ser da competência do Secretariado Nacional elaborar o Relatório das suas actividades e apresentá-lo à AGN ordinariamente reunida.

Nestas condições, saudando calorosamente todos os consócios, ora se dá cumprimento ao preceito invocado, pormenorizando as actividades desenvolvidas pelo Secretariado Nacional, no decurso de 1978, fundamentalmente concretizadas em 9 reuniões, efectuadas respectivamente em 7/1/78, 11/2/78, 8/4/78, 3/6/78, 4/6/78, em Lisboa, 7/6/78, 18/6/78, no Porto, 15/7/78, 14/10/78, em Lisboa, sendo ainda de referir algumas sessões que, por falta de quorum, não tiveram lugar.

Não obstante as alterações do seu Regulamento Interno, foram patentes as dificuldades que se deparam ao Secretariado Nacional para o bom desempenho das funções, estatutariamente cometidas, e pleno exercício do intenso labor a que intentou devotar-se.

Sem se eximir a publicar esta autocrítica e com fundada esperança no melhor aproveitamento futuro das potencialidades disponíveis e experiência adquirida, relata o Secretariado Nacional as consideradas grandes resoluções para a vida da ADFA, consubstanciadas na abertura da delegação de Ponta Delgada e lançamento das indispensáveis bases para a delegação de Faro, que permitirá a cobertura pela ADFA de uma região, a todos os títulos importante, onde a nossa Associação ainda se não implantou materialmente para apoio e benefício da generalidade dos Deficientes.

Imprimir maior dimensão às comemorações do 25 de Abril é, muito em especial, ao 4.º aniversário da ADFA foi uma importante resolução, tendo esse objectivo sido alcançado com inegável êxito, tanto mais de realçar quanto é certo que, para lá da projecção da ADFA, pública definição dos seus ideais e relevante divulgação, as comemorações do aniversário congregam o apoio da população, trabalhadores e artistas, redundando num brilhantismo, excedendo todas as expectativas.

Tomaram-se ainda resoluções de fundo, destacando-se a iniciativa do alicerçar de bases para um mais sofisticado funcionamento da ADFA no âmbito nacional, a aplicação das receitas extraordinárias atribuídas à ADFA e não previstas

no orçamento, a solução do problema da normalização da liquidação de quotizações em atraso, a uniformização, a nível nacional, dos salários dos trabalhadores da ADFA, e finalmente, a discussão do projecto de alteração do Dec. Lei n.º 43/76, atentando nas modificações que se pretende introduzir naquele diploma legal.

Constatou-se uma certa dificuldade na aprovação do Orçamento, que só bastante tarde teve lugar, havendo, em consequência, intenção de, futuramente, se obter maior celeridade na discussão dos orçamentos a fim de, tanto quanto possível, se votar uma aprovação no início do ano, em prazo aliás juridicamente estipulado.

Reconhece o Secretariado Nacional não ter chegado aos limites que desejava, por motivos decorrentes dos próprios parâmetros ainda socialmente impostos aos deficientes.

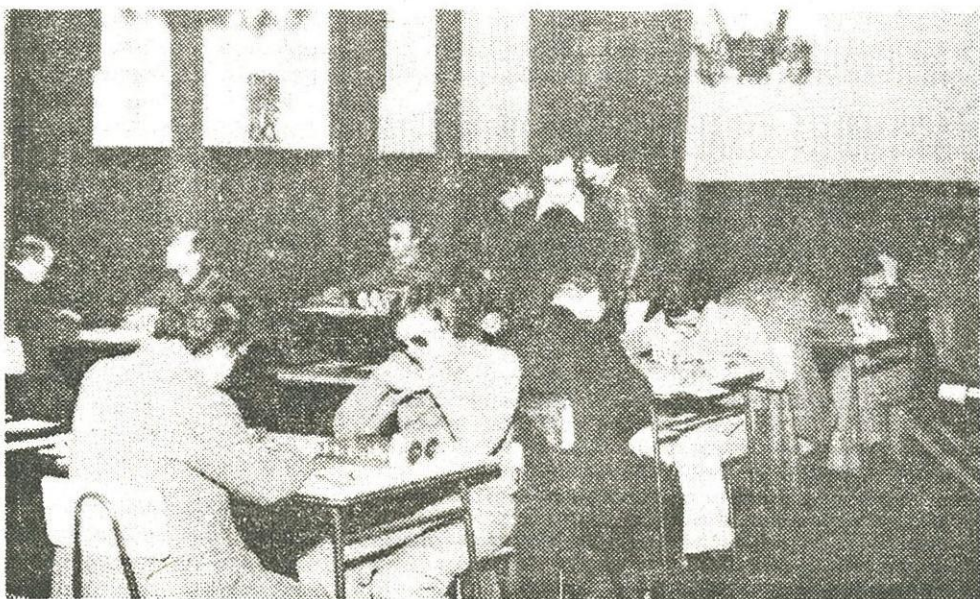
Mais reconhece o Secretariado Nacional que, se as boas intenções não bastam, a força de vontade, interesse associativo, espírito de militância e desejo de aperfeiçoamento foram constantes nos desígnios não só dos responsáveis como da esmagadora maioria dos sócios da ADFA.

Face ao exposto, afigura-se indiscutível dever considerar-se positivo o saldo de actividade de 1978 que o Secretariado Nacional espera plenamente ver aumentar neste ano de 1979, corrigindo, lutando, trabalhando, em suma, demonstrando que a ADFA é uma dinâmica resultante de Homens Válidos, desejosos de vencer os desafios que a História lhes lança em condições que, não esquecerem, foram propiciados por quantos fizeram o 25 de Abril.

Assim sendo, os defeitos serão superados, a integração dos deficientes e os objectivos da ADFA estarão ao nosso alcance.

Tendo embora aprovado o Relatório de Actividades do Secretariado Nacional, a Assembleia deliberou: «Analisado o Relatório de Actividades do Secretariado Nacional, a Assembleia entende que este órgão deve de futuro procurar um funcionamento mais adequado de molde a salvaguardar os interesses da Associação, nomeadamente na aprovação do orçamento em devido tempo e elaboração de planos de acção globais que garantam um desenvolvimento acelerado e equilibrado de toda a Associação».

II CAMPEONATO NACIONAL DE XADREZ PARA CEGOS TEVE LUGAR NA SEDE DA ADFA



Realizou-se no salão nobre da sede da ADFA, de 10 a 17 de Março, o II Campeonato Nacional de Xadrez para cegos, organizado pela Federação Portuguesa de Xadrez. Participaram aos vários jogos 14 deficientes visuais, en-

tre os quais dois sócios da ADFA, tendo-se classificado em primeiro lugar o jogador que já no ano passado havia ganho o campeonato.

Esta iniciativa da Federação Portuguesa merece ser realçada, mas, segundo soube-

mos, este ano não teria havido o apoio monetário necessário aos jogadores por parte da Federação, o que não teria servido como incentivador para os praticantes, sobretudo os que se deslocaram da província.

EMPRÉSTIMOS PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA ATRAVÉS DOS S. S. F. A.

Os Serviços Sociais das Forças Armadas, por intermédio da Caixa Económica das Forças Armadas, concedem empréstimos em dinheiro para vários fins, considerados empréstimos normais que obedecem a determinadas normas aprovadas por despacho superior.

Porque se trata de uma norma muito extensa para publicação no «Elo», daremos só uns tópicos e informamos os nossos associados que poderão consultar as normas em todas as nossas Delegações ou nas Delegações dos S. S. F. A. espalhadas pelo País e quase sempre a funcionar junto de cada unidade militar.

Os pedidos de empréstimo estão divididos em prioridades

e estas em alíneas também de prioridade.

1.ª Prioridade:

A — Encargos comprovados relativos a assistência médica que não sejam cobertos pelas ADM's ou por outros esquemas oficiais de assistência na doença.

B — Encargos devidamente comprovados e manifestamente urgentes, resultantes de situações graves e imprevisíveis, (acidentes de viação, incêndio, etc.)

2.ª Prioridade:

A — Despesas imprevistas e urgentes a efectuar com pequenas reparações ou beneficiação de habitação própria e que não caibam no âmbito dos empréstimos hipotecários.

B — Aquisição de bens fundamentais de uso doméstico, incluindo electrodomésticos e mobiliário, mas exceptuando os considerados supérfluos ou de luxo.

3.ª Prioridade:

Pedidos destinados a suportar encargos que não caibam directamente ou por analogia e identidade de razões na 1.ª ou na 2.ª prioridades.

Todos os demais esclarecimentos poderão ser solicitados como já dissemos nas Delegações que encaminharão os pedidos em impresso próprio e de acordo com as instruções em seu poder.

Mas o título deste artigo faz referência a outro tipo de empréstimo e é dele que vamos agora falar.

Na altura em que os sócios receberem o Jornal já todas as Delegações terão em seu poder as instruções e os inquéritos que devem preencher:

a) Todos os beneficiários dos Serviços Sociais que tenham requerido empréstimo para aquisição de habitação à Caixa Económica dos Serviços Sociais e ainda não atendidos,

b) Todos os beneficiários dos S. S. F. A. embora não inscritos nestes Serviços para a concessão de empréstimos hipotecários e que tenham empréstimos em Instituições de Crédito, para esse efeito.

Atenção, pois a falta de resposta até 31 de Março p. f. implica a anulação da inscrição para o empréstimo.

Zona Centro. O número de officios expedidos foi ainda superior, sendo 10 675 de Lisboa, 5677 do Porto e 5281 da Zona Centro.

Assistência Social Médica e Medicamentosa

Funcionaram, na sede e nas delegações, serviços de assistência social aptos a receber os associados que apresentaram problemas dos mais variados, tendo directamente resolvido muitos deles e quanto a outros, tendo encaminhado os sócios para os organismos competentes, indicando-lhes, desde logo, as diligências a efectuar. Assim, foi prestado apoio de ordem subsidiária, jurídica e outros. Foi dado todo o apoio relativo ao encaminhamento dos sócios para os Serviços Sociais das Forças Armadas, bem como esclarecimentos sobre os direitos de que usufruem como foram prestados esclarecimentos sobre a pensão social para os deficientes não abrangidos por legislação militar, bem como apoio no processo de candidaturas a esta pensão; foram dadas informações e apoio sobre a aquisição de habitação própria e compra de viatura própria. Através de verba que a Gulbenkian colocou à disposição da Associação, foram atribuídos subsídios para aquisição

de cadeiras de rodas, triciclos e viatura própria a deficientes com dificuldade de locomoção, num total de 205 800\$00.

Foram ainda concedidos subsídios de extrema dificuldade, a alguns sócios, mas em montante reduzido, já que se manteve o princípio de que a situação dos deficientes terá que ser resolvida essencialmente através do trabalho e de legislação. A prever pensões justas para todos. Em Lisboa o montante despendido neste tipo de subsídios foi apenas de 5100\$00, sendo ainda facultado um empréstimo, no montante de 15 000\$00, que se destinou ao pagamento de uma prótese dum sócio que não se encontra abrangido por assistência militar.

A delegação de Viseu dispôs ao longo do ano de um fundo de 40 000\$00, resultante de empréstimos dos próprios sócios, e que se destinou a subsídios (empréstimos) para aquisição ou reparação de habitação própria, aquisição de viaturas e apoio no domínio da assistência médica e medicamentosa.

Os serviços de assistência social da Associação foram frequentemente procurados por deficientes civis, solicitando apoio na resolução de variados problemas, nunca se tendo negado colaboração.

A semelhança dos anos an-

teriores, a Associação continuou, em 1978, a prestar assistência médica e medicamentosa aos sócios, sobretudo àqueles que não se encontram abrangidos por legislação militar ou por qualquer esquema de previdência, bem como os seus familiares. Todas as delegações desenvolveram esforços nesse sentido, mas foram sobretudo a sede e a delegação do Porto que, dotadas de estruturas próprias, prestaram maior apoio. Foram dadas a sócios e familiares 209 consultas em Lisboa, 305 no Porto, nos respectivos Postos através de médicos particulares colaboradores da Associação e Clínicos, mais 29 em Lisboa 22 no Porto. Foram ainda feitos vários curativos, administradas injeções, feitas consultas através de médicos particulares colaboradores da Associação e ao domicílio, passados atestados médicos, etc. Foi facultado aos sócios e familiares uma quantidade considerável de medicamentos graças, sobretudo, à colaboração dos laboratórios, tendo sido distribuídos no Porto no valor de 93 097\$00 e em Lisboa de 101 757\$00.

Reabilitação Profissional

Em 1978 a Associação fez um esforço especial no sentido de tentar minimizar os problemas de desemprego que se bate uma percentagem bas-

tante elevada de deficientes das Forças Armadas. A nível da sede tentou-se reorganizar a secção própria, dotando-a de uma maior capacidade técnica, a fim de ser possível equacionar este problema de uma forma realista e encontrar com objectividade as soluções possíveis. Não obstante, esses resultados não foram ainda os desejáveis, para o que não terá deixado de contribuir a crise de desemprego generalizada que existe no País.

O esforço que a Associação tem feito neste sector, especialmente a nível da sede, tem esbarrado com a ausência de condições favoráveis à integração dos deficientes no trabalho, já que a ADFA surge como força isolada neste campo. Um aspecto a focar nas dificuldades com que a Associação tem deparado é a hostilidade notória de certos responsáveis de empresas do sector privado que retomaram o raciocínio de que o deficiente é menos produtivo que os outros trabalhadores.

As hostilidades das empresas tem-se verificado inclusivamente em casos de deficientes já empregados, em que estas tentam marginalizá-los ou mesmo despedi-los. A isto tem respondido a Associação muito energeticamente, tendo empenhado todos os meios ao seu alcance para fazer valer os direitos des-

ses associados. Houve alguns casos este ano, especialmente em Lisboa e no Porto, em que a Associação teve que intervir no sentido de reconduzir nos seus empregos deficientes ilegalmente despedidos (apenas por serem deficientes) sempre com êxito. Em outros casos verificou-se igualmente a intervenção pronta e oportuna da Associação sempre que o emprego de deficientes estava ameaçado, por pressões e perseguições claras, sempre com o fundamento apenas de ser deficiente, produzir menos ou ter uma pensão.

Tem-se consciência que a Associação deve empenhar-se seriamente na integração dos deficientes das Forças Armadas no trabalho, já que o grupo etário a que a maioria destes pertencem (entre os 26 e 39 anos) indica que há que fazer um esforço especial nesse sentido, já que muitos ultrapassaram já os 35 anos e outros se aproximam desta idade considerada normalmente como limite para colocação.

O esforço feito por todas as delegações especialmente pela sede em Lisboa terão contribuído para amenizar este espinhoso problema do desemprego dos deficientes. Através das delegações foram feitas vários contactos com empresas no sentido de conseguir colocações, tendo esta actividade sido espe-

cialmente acentuada pela Secção de Reabilitação Profissional da sede. Muitos dos contactos foram feitos com sindicatos (359 sindicatos foram contactados), procurando-se com a colaboração das organizações dos trabalhadores criar melhores condições para a colocação de deficientes, tendo-lhes sido, inclusivamente apresentadas propostas concretas que poderão vir a ser incluídas como cláusulas nos acordos e contratos colectivos de trabalho a celebrar. Foram feitos 109 contactos pessoais com entidades, sendo 64 através de Lisboa, 21 através do Porto e 24 através da Zona Centro. Quanto aos contactos por escrito, só através de Lisboa foram expedidos 222 officios. Como resultado das diligências efectuadas ao longo do ano, conseguiram-se em Lisboa 40 colocações, incluindo 24 em regime de tarefa, na embalagem de produtos Johnson (15) e como vigilante em exposições na Fundação Gulbenkian (9).

No domínio da valorização profissional realizou-se em Lisboa um curso intensivo de electrónica, com a duração de 9 meses, subsidiado pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, frequentado por 8 sócios, tendo terminado o curso com aproveitamento 5. Ainda em Lisboa esta actividade sido espe-

REGULAMENTO ELEITORAL

**CAPÍTULO I
GENERALIDADES**

Artigo 1.º — O presente Regulamento Eleitoral destina-se a dar cumprimento ao preceituado no ponto 2 do Art. 28.º dos Estatutos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de Janeiro de 1977.

Artigo 2.º — 1. A Mesa da Assembleia Geral Nacional fixará com 30 (trinta) dias de antecedência mínima a data das eleições que decorrerão da seguinte forma:

a) Todos os órgãos sociais da ADFA (Centrais Regionais e Locais) serão eleitos através da mesma Assembleia Eleitoral.

b) Para os órgãos sociais centrais a Assembleia Geral Nacional Eleitoral, funcionará simultaneamente em Assembleias Gerais de Zona e Plenários Eleitorais de Delegação.

c) Para os órgãos sociais regionais a Assembleia Geral Eleitoral de Zona, funcionará em Plenários de Delegação simultâneos.

d) Os órgãos sociais locais serão eleitos nos respectivos Plenários Eleitorais de Delegação.

2. A Mesa da Assembleia Geral Nacional fixará ainda a hora de abertura e encerramento do acto eleitoral.

3. A publicidade da data e horário das eleições será feita através de editais afixados em lugar próprio na Sede da ADFA, Sedes de Zona e Delegações, jornal «ELO», devendo ser enviadas notícias aos órgãos de comunicação social.

Artigo 3.º — Todos os órgãos sociais serão eleitos por escrutínio secreto.

**CAPÍTULO II
ÓRGÃOS ELEITORAIS**

Artigo 4.º — 1. Cabe à Mesa da Assembleia Geral Nacional (MAGN) as funções de Mesa da Assem-

bleia Geral Nacional Eleitoral.

2. Cabe à Mesa da Assembleia Geral de Zona (MAGZ) as funções de Mesa da Assembleia Geral de Zona Eleitoral.

3. Cabe à Direcção de Delegação as funções de Mesa de Plenário Eleitoral de Delegação.

Artigo 5.º — São competências das Mesas das Assembleias Eleitorais:

a) Receber as listas de candidatos e verificar a sua regularidade.

b) Coordenar os trabalhos da Comissão Eleitoral.

c) Presidir ao acto eleitoral.

d) Proceder à afixação das listas de candidatos em lugar próprio, devendo ainda proceder à sua divulgação através do jornal «ELO».

e) Ajuizar das impugnações ao acto eleitoral.

Artigo 6.º — Para o acto eleitoral serão formadas Comissões Eleitorais constituídas por:

a) Para os Órgãos Sociais Centrais, a Mesa da Assembleia Geral Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas.

b) Para os Órgãos Sociais Regionais, a Mesa da Assembleia de Zona Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas.

c) Para os Órgãos Sociais Locais, a Mesa Eleitoral de Delegação e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas.

Artigo 7.º — As Comissões Eleitorais referidas no artigo anterior iniciarão as suas funções 5 (cinco) dias após a data limite da apresentação das listas de candidatos.

Artigo 8.º — São competências das Comissões Eleitorais:

a) Dirigir todo o processo administrativo das eleições.

b) Assegurar iguais oportunidades e direitos a todas as listas concorrentes.

c) Dar toda a publicidade ao Acto Eleitoral.

d) Fiscalizar o Acto Eleitoral por forma a que ele se processe de acordo com os Estatutos da ADFA e o presente Regulamento Eleitoral.

e) Proceder ao apuramento dos resultados.

**CAPÍTULO III
APRESENTAÇÃO DE LISTAS**

Artigo 9.º — A apresentação de candidaturas consiste na entrega de listas conjuntas, que conterão obrigatoriamente todos os candidatos aos três Órgãos que se trate de Órgãos Sociais, Centrais ou Regionais, e far-se-á:

1. Para os órgãos sociais centrais à Mesa da Assembleia Geral Nacional.

2. Para os órgãos sociais regionais à Mesa da Assembleia Geral de Zona.

3. Para os órgãos sociais de delegação à Direcção de Delegação.

Artigo 10.º — A apresentação de listas estabelecidas no artigo anterior terá de ser feita até 20 (vinte) dias antes do acto eleitoral, acompanhadas pelos respectivos programas de acção, devendo os programas das listas para os órgãos sociais centrais ser obrigatoriamente divulgados no jornal «ELO».

Artigo 11.º — Findo o prazo de entrega das listas, deverão as Mesas das Assembleias Eleitorais proceder à afixação das mesmas em lugar próprio na sede da ADFA, Sedes de Zonas e Delegações.

Artigo 12.º — 1. As listas de candidatos poderão ser apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes ou por quaisquer grupos de sócios, acompanhadas por um termo individual ou colectivo

de aceitação de candidatura.

2. O termo de aceitação de candidatura constará de uma declaração assinada pelo candidato ou candidatos e respectivo número de sócio.

3. A apresentação de listas de candidatos deverá ser acompanhada pela identificação dos candidatos, da qual constará o número de sócio, nome completo, idade e residência.

Artigo 13.º — As listas de candidatos apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes serão denominadas por Lista A e as listas apresentadas por outros grupos de sócios, serão denominadas pela ordem seguinte do alfabeto e segundo a ordem de entrada.

Artigo 14.º — 1. As listas de candidatos apresentadas por grupos de sócios, serão subscritas por:

a) 30 (trinta) sócios, para os Órgãos Sociais Centrais.

b) 20 (vinte) sócios, para os Órgãos Sociais Regionais.

c) 10 (dez) sócios, para os Órgãos Sociais Locais.

2. Os subscritores serão identificados por nome completo, assinatura e número de sócio.

**CAPÍTULO IV
ACTO ELEITORAL**

Artigo 15.º — As Comissões Eleitorais organizarão secções de voto, por forma a que a votação decorra segundo o presente Regulamento Eleitoral e nos termos Estatutários.

Artigo 16.º — Em cada mesa de voto existirão tantas urnas quantos os conjuntos de Órgãos Sociais a eleger.

Artigo 17.º — Um dos elementos da Comissão Eleitoral inscreverá, em folha própria, o nome e número de sócio votante, antes da introdução do voto na urna e depois da sua

ELEIÇÕES:

AOS SÓCIOS:

A M. A. G. N., reunida em 2/4/79, ao abrigo do art.º 22.º do regulamento eleitoral em vigor, deliberou:

Prorrogar o prazo para entrega de listas concorrentes às próximas eleições até às 18.00 horas do dia 16 de Abril (2.º feira) de 1979.

Fundamenta-se esta decisão no facto do último dia previsto no regulamento eleitoral, para a entrega de listas, coincidir com o Domingo de Páscoa.

A M. A. G. N.

identificação como associado no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 18.º — Todos os associados que por qualquer motivo de força maior não possam estar presentes ao Acto Eleitoral, poderão nomear representantes através de documento com assinatura reconhecida pelo Notário e respectivo número de sócio.

Artigo 19.º — 1. Os boletins de voto deverão ser de formato igual e de cor azul, branco e rosa, respectivamente para os órgãos sociais centrais, regionais e locais.

2. Serão considerados nulos os votos que contenham nomes cortados, substituídos ou qualquer outra anotação.

Artigo 20.º — 1. Após o encerramento do acto eleitoral o Presidente da Mesa Eleitoral procederá à abertura das urnas, contagem de votos e apuramento de resultados.

2. Após o apuramento de resultados o Presidente da Mesa Eleitoral, comunicará os mesmos à Mesa da Assembleia Geral Eleitoral.

3. Todos os boletins de voto e demais documentos relativos ao Acto Eleitoral serão canalizados em envelope fechado e lacrado

ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral Eleitoral, acompanhados do relatório do Acto Eleitoral elaborado pela respectiva Comissão Eleitoral.

Artigo 21.º — 1. O acto eleitoral pode ser impugnado se a reclamação se basear em irregularidades fundamentadas e apresentadas até 5 (cinco) dias após o encerramento do acto eleitoral.

2. A impugnação deverá ser apresentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral Eleitoral Nacional, de Zona ou Local, que apreciará da validade dos fundamentos da mesma.

3. Havendo fundamento o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional Eleitoral, de Zona ou Local, convocará expressamente para apreciação da impugnação, nos 15 (quinze) dias seguintes, a Assembleia Geral que decidirá em última instância.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

Artigo 22.º — Todas as dúvidas suscitadas no presente Regulamento Eleitoral, serão da competência da Mesa da Assembleia Geral Nacional Eleitoral.

boa, durante o ano de 1978, foi preparado um curso de dactilografia a funcionar para o aperfeiçoamento dos dactilógrafos trabalhadores da Associação e para outros associados, num total de 10 deficientes, com a duração de 4 semanas.

Na delegação do Porto foram admitidos dois deficientes, um na oficina de próteses, outro na oficina de marcenaria, a fim de se qualificarem profissionalmente.

No âmbito da oficina de próteses do Porto foi feito um esforço no sentido de valorizar profissionalmente o seu pessoal técnico. Assim, um técnico de enfermagem deslocou-se ao Hospital Militar de Hamburgo na Alemanha, onde efectuou um estágio sobre recuperação funcional de cerca de três e meio. Igualmente um técnico de próteses da oficina efectuou um estágio de próteses para membros superiores de cerca de um mês no Centro de Medicina de Reabilitação do Acoitão. Além disso realizou-se na oficina de próteses no Porto um curso de próteses para membros inferiores orientado por dois técnicos alemães.

Educação e Cultura

Em 1978 funcionou mais um ano lectivo na sede da Associação que culminou com os exames, realizados na própria Associação no Verão. Em Outubro iniciou-se o ano lectivo 78/79 que representa a afirmação e consolidação da Escola da Associação com o reconhecimento e apoio do Ministério da Educação e Cultura. Assim, foi conseguida a colocação directamente pelo MEC dos professores na Associação, tendo o Ciclo Preparatório sido oficializado como Secção da Escola Preparatória Nuno Gonçalves.

Concluíram o ano lectivo 77/78, com aproveitamento nos exames, 3 alunos do Ensino Básico para Adultos e 8 alunos do Ciclo Preparatório. No Curso Geral dos Liceus obtiveram-se os seguintes resultados por cadeiras: Português — 8 alunos, Francês — 3, Inglês — 2, História — 5, Matemática — 4, Física — 5, Ciências Naturais — 7 e Desenho — 8.

O ano lectivo de 78/79 iniciou-se com 8 alunos na Educação Básica de Adultos, 21 no Ciclo Preparatório, 16 na Secção de Letras do Curso Geral e 19 na Secção de Ciências.

No âmbito do Departamento de Educação e Cultura funcionou, em 1978, o curso de electrónica que no final foi transferido para a secção de Reabilitação Profissional.

Paralelamente ao funcionamento das aulas tem sido estabelecido contactos regulares com a Direcção-Geral do Ensino Básico e a Direcção-Geral do Ensino Secundário do MEC em que é analisado e seguido o funcionamento das aulas na Associação e debatida a questão do ensino de deficientes adultos.

Nas delegações, em 1978, ainda não se acompanhou o empenhamento da sede na valorização cultural dos deficientes das Forças Armadas que é, sabe-se, fundamental para uma melhor integração socioprofissional. Aqui, como em outros sectores, torna-se necessário estabelecer um critério de actuação uniforme em toda a Associação.

O Departamento de Educação e Cultura da sede, para além de orientar o funcionamento das aulas, desenvolveu uma actividade de informações diversas sobre o ensino, não só relativamente às situações especiais dos deficientes como informações genéricas, enviadas às delegações ou directamente aos sócios.

Não foi ainda em 1978 que se conseguiu apetrechar a biblioteca da sede e das delegações e fazê-las funcionar ao serviço dos sócios, como também ainda não foi em 1978 que se levaram a efeito actividades de interesse cultural em número satisfatório, tais como colóquios, exposições, cinema, teatro, etc.

Desporto

O ano de 1978, a nível de desporto, conheceu uma certa

intensificação, com o desenvolvimento de diversas actividades.

Também no domínio do desporto se verificou uma actuação mais acentuada na sede do que nas delegações, embora nestas tivesse estado presente a preocupação de desenvolver esta actividade, tendo-se tomado algumas iniciativas que interessa registar.

As modalidades mais praticadas em 1978 foram a natação, futebol de salão, ténis de mesa e jogos de salão.

Foram retomados os treinos de natação na piscina da Direcção-Geral dos Desportos em Lisboa, a um ritmo de 2 vezes por semana. Estes treinos foram orientados por um técnico da DGD e destinaram-se apenas a deficientes cujas deficiências recomendam a natação como meio eficaz para a sua reabilitação e manutenção funcional. Frequentaram regularmente estes treinos cerca de 8 deficientes, os quais vieram ainda esta ano a participar num torneio realizado pela D. G. D.

Quanto à natação, também a delegação de Coimbra chegou a criar condições para a prática desta modalidade pelos sócios locais, tendo-se ainda realizado alguns treinos numa piscina aos sábados, mas, dado a frequência dos sócios, que veio reduzindo progressivamente, veio a cancelar-se esta actividade.

O futebol de salão tornou-se uma modalidade popular dentro da Associação que despertou bastante interesse entre os associados. Foram várias as delegações que constituíram a sua própria equipa de futebol de salão, participando com certa regularidade em torneios locais. Em Lisboa, para além de treinos realizados com certa regularidade, a equipa da Associação participou em vários torneios, salientando-se o torneio «Isidoro» que, com 7 jogos, decorreu de 7 de Janeiro a 25 de Fevereiro, além dos torneios inter-delegações e de outros jogos (4) com equipas de outras organizações. Os torneios inter-delegações tiveram a participação de equipas de várias delegações, tendo-se realizado em Lisboa, Porto, Viseu e Évora.

O ténis de mesa teve vários adeptos na sede em Lisboa, onde diariamente se praticou com entusiasmo esta modalidade, tendo-se realizado um torneio individual de 5 a 29 de Julho. Houve ainda o torneio realizado na altura do 4.º Aniversário da Associação e dois torneios em que, além da ADFA,

participaram outras organizações, sendo um na Fábrica de Braço de Prata e outro no Acoitão promovido pela Direcção-Geral dos Desportos.

O tiro ao arco conheceu uma certa diminuição de actividade, tendo-se realizado treinos com menos regularidade e tendo-se participado num número reduzido de torneios em comparação com o ano anterior. Assim, a equipa da Associação participou apenas em 2 torneios, sendo um organizado pela Federação Portuguesa de Tiro ao Arco e outro pela Direcção-Geral dos Desportos.

Dos jogos de salão foi o de xadrez que mais adeptos encontrou nos sócios, embora as damas, bilhar e dominó tivessem encontrado, sobretudo em Lisboa, interessados permanentes. Além dos torneios que se realizaram no âmbito do n.º aniversário da Associação, houve uma simultânea de xadrez de especial interesse, com a presença de um xadrezista (vice-campeão nacional) em que participaram sócios da ADFA e de outras organizações de deficientes. Para incentivar a prática do xadrez na Associação conseguiu-se uma oferta de 30 tabuleiros da Direcção-Geral dos Desportos que foram distribuídos por todas as delegações.

A Associação participou em várias modalidades de atletismo num encontro que a Direcção-Geral dos Desportos realizou no Estádio Nacional em Novembro e em que participaram outras organizações de deficientes. Ainda quanto ao atletismo a Associação participou na Meia Maratona Internacional que se realizou na Nazaré e em que a Associação esteve representada através de 2 sócios.

A delegação de Setúbal levou a efeito um Sarau de ginástica com o apoio do Ginásio Clube Português e do Clube Naval Setubalense que se revestiu de bastante interesse.

Há a registar a realização de dois concursos de pesca, um em Évora e outro na Figueira da Foz (pela delegação de Coimbra) que além de reunirem um número bastante elevado de associados despertaram grande interesse nas populações locais.

Além da sede, várias delegações estabeleceram contactos com Direcção-Geral dos Desportos, no sentido de obterem desta apoio para desenvolvimento de actividades desportivas.

1978 poderá ser considerado o ano em que a Direcção-Geral dos Desportos se voltou seriamente para o desporto para deficientes, tendo organizado vários encontros e avançado com a concretização da ideia da criação de uma Federação de Desportos para Deficientes. A ADFA esteve presente em todos os encontros organizados por aquela Direcção-Geral e apoiou, desde início, a ideia da criação da Federação.

Gabinete Técnico

A criação de um Gabinete Técnico na sede da Associação revela a orientação da Direcção Central no sentido de dar uma maior qualidade técnica às actividades a desenvolver, equacionando mais correctamente os problemas dos deficientes e elaborando propostas concretas devidamente estruturadas a apresentar a quem de direito.

O Gabinete Técnico, criado já no final do ano, tem como objectivo fundamental prestar apoio técnico aos delegados da Associação no Secretariado Nacional de Reabilitação e na Comissão Militar de Reabilitação e Assistência e instalar um serviço de estatística, que incidirá prioritariamente no aproveitamento das conclusões dos inquéritos aos deficientes das Forças Armadas e familiares dos militares falecidos.

O trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico no que concerne o apoio aos delegados no SNR e na CMRA não foi muito volumoso, dado a actividade pouco intensa desenvolvida por aqueles dois serviços públicos, sendo, por conseguinte, pouco solicitada a Associação. No entanto alguns trabalhos foram feitos a alguns problemas equacionados, contando assim os delegados da Associação com um suporte técnico de que não dispunham anteriormente.

O estudo sobre o aproveitamento dos resultados dos inquéritos aos deficientes das Forças Armadas e familiares de militares falecidos foi iniciado em 1978, tendo-se adoptado como método de trabalho a análise da situação dos entrevistados, quer situação legal, ou seja, se estão a receber ou não pensão, situação de emprego, situação sociofamiliar, tipos de deficiências, nível cultural, distribuição geográfica, etc., colhendo-se assim elementos indicadores da actuação da Associação nos diferentes domínios.

Os resultados do inquérito, elaborados pelo técnico contratado em 1975, foram entregues com bastante atraso (apenas em meados de 1978), violando as cláusulas do contrato, o que motivou que Associação o tivesse processado judicialmente. Este atraso fez perder uma relativa actualidade aos resultados, já que a situação de muitos associados se alterou a partir de 1975. Assim, em 1978, a Associação tem, por exemplo, um número de sócios admitido superior ao número de deficientes entrevistados, o que indica que através dos processos de sócios se poderá conhecer a situação de mais deficientes (5.570 entrevistados e 7.100 sócios). Assim, foi iniciado ainda em 1978 um trabalho de análise dos processos individuais de todos os associados no sentido de se fazer um levantamento estatístico. Depois de terminado este trabalho os resultados obtidos, mais os resultados do inquérito, dar-nos-ão uma ideia real e actual da situação dos deficientes das Forças Armadas e dos familiares

dos militares falecidos, os quais serão então devidamente levados em consideração na orientação das várias actividades da Associação, estabelecendo prioridades, desenvolvendo serviços, e tc. No final de 1978 estava pronta uma primeira fase deste trabalho, o levantamento estatístico dos processos individuais dos sócios (758) inscritos em 1978.

Além deste trabalho, o Gabinete Técnico começou logo por levar a efeito estudos vários e elaboração de pareceres sobre diversos assuntos, além de dar início à captação de dados de todos os serviços e delegações a fim de montar o serviço central de estatística.

Uma outra actividade que começou a ser desenvolvida em 1978 foi o arquivo e ordenamento de toda a legislação respeitante a deficientes militares e civis, tarefa em que se encontra empenhada igualmente a delegação do Porto.

Contencioso

A partir de Outubro de 1978 a Associação passou a ter, na sede, um serviço de contencioso devidamente organizado, o que se conseguiu com a contratação de um advogado (sócio da Associação) que passou a dar apoio jurídico à Direcção Central e, por seu intermédio, aos serviços e delegações de uma forma eficiente.

Com a deslocação regular do consultor jurídico à Associação a Direcção Central passou a contar com um novo suporte técnico na apresentação de vários problemas às entidades competentes.

Entretanto, o Contencioso, durante o ano de 1978, além de dar assistência legal e jurídica à Associação, elaborou vários pareceres, informações, exposições sobre problemas diversos de sócios e da própria Associação, destacando-se os recursos de sócios para o Supremo Tribunal Administrativo sobre a qualificação de DFA.

Já no final do ano, a Associação, através do consultor jurídico, processou judicialmente o semanário «O DIABO» que havia publicado uma fotografia do Palácio da Independência com uma legenda cujo conteúdo injurioso feria a dignidade dos deficientes das Forças Armadas.

Jornal «Elo»

1978 foi mais um ano em que se publicou regularmente o «ELO» sem atrasos especiais e com um serviço de expedição definitivamente normalizado, tendo-se apenas verificado algumas anomalias na introdução do novo processo de envio do jornal aos sócios com quotas em atraso.

O «Elo» foi este ano, aliás como nos anos anteriores, o elo por excelência de ligação entre os sócios e a Associação. Através do jornal chegaram com regularidade às casas dos associados todas as notícias relativas aos seus direitos e interesses, quer sobre a manutenção de direitos adquiridos, quer sobre novos direitos a alcançar bem como as diligências em curso no âmbito da Associação para a criação de melhores condições para todos os deficientes. O «Elo» reflectiu toda a actividade da Associação nos diversos domínios, através de notícias cuidadosamente elaboradas, com a preocupação de dar a conhecer aos sócios tudo o que se faz na Associação, mantendo-se assim a par da vida associativa.

Ao longo do ano o «Elo» levou até junto dos sócios e assinantes, bem como entidades e organizações para quem o jornal é enviado, notícias sobre as várias actividades e acontecimentos verificados no País e mesmo no estrangeiro sobre reabilitação e integração social dos deficientes, fazendo-as acompanhar por vezes de pontos de vista e posições críticas da Associação.

Também sobre os deficientes, suas iniciativas em geral e actividades das organizações que os representam, o «Elo» manteve-se permanentemente interessado, divulgando-as. Reflectiu o jornal da Associação, em 1978, com frequência, a posição da ADFA sobre a organização de deficientes que existe e deve existir, dando deste modo, esta-

mos certos, um grande contributo para a tomada de consciência dos deficientes sobre a necessidade de se organizarem devidamente e com a força necessária para fazerem valer os seus direitos.

O «Elo» afirmou-se, neste ano, como o grande amigo e inseparável companheiro dos deficientes das Forças Armadas, que vão reconhecendo cada vez mais o papel que o jornal representa no âmbito da Associação. Disso são testemunho as energéticas reclamações dos sócios sempre que qualquer anomalia surge na expedição, deixando de receber um ou outro número.

Mas o interesse dos sócios pelo jornal não se manifestou apenas quando, por qualquer motivo, deixam de receber em suas casas, manifestou-se igualmente sobre o conteúdo e orientação, tanto através de cartas, como de contactos pessoais, alguns críticos, mas sempre construtivos e incentivadores. Todas as opiniões e sugestões foram registadas e todas elas contribuíram para melhorar o jornal de número para número.

Registou-se, durante este ano, uma maior participação das delegações com artigos e notícias. Merece referência especial a delegação do Porto que, no final do ano, conseguiu garantir o preenchimento de um espaço fixo com «Notícias da Zona Norte». Mas o contributo dado pelas delegações é ainda muito diminuto. Está-se muito longe de se conseguir os desejados espaços fixos de todas as delegações.

Essencialmente voltado para os problemas dos deficientes, o «Elo» não ignorou o que rodeia estes e que de algum modo está relacionado com a sua integração social. Assim, variados foram os temas tratados, sempre que pela sua natureza contribuem para um esclarecimento das pessoas em geral e dos deficientes em particular, bem como uma incentivação destes últimos para o papel que têm a desempenhar para conquistarem o lugar a que têm direito na sociedade, bem como moldarem esse próprio lugar à sua realidade específica.

Não se verificou ainda em 1978 um aumento significativo de assinantes do «Elo», apenas mais 153 a par de várias desistências de antigos assinantes. Para isso terá contribuído o facto de as páginas do «Elo» estarem quase totalmente preenchidas com notícias de ordem associativa e que, por conseguinte, apenas aos sócios da Associação interessam. Esta é uma questão que terá, obviamente, que ser considerada.

Importa ainda salientar que o «Elo» necessitará de evoluir tecnicamente, como, aliás, todas as actividades da Associação, o que será fundamental para melhor cumprir a sua missão junto dos sócios e dos assinantes.

Dinamização associativa

O ano de 1978 caracterizou-se por uma intensificação bastante grande de actividades dinamizadoras da participação dos sócios na vida associativa, a nível das várias delegações, mas sobretudo da sede. Mas tudo o que neste domínio, se faz está ainda longe do que se torna necessário fazer.

A par de actividades de outros serviços, que são por natureza dinamizadores e incentivadores da prática associativa, como é o «Elo», Educação e Cultura e o Desporto, desenvolveram-se ao longo do ano várias actividades, das quais merece destaque o 4.º Aniversário da Associação, as festas de Natal e a comemoração do 25 de Abril. Outras tiveram também a sua importância, como foi o caso do 3.º Aniversário do «Elo» e os convívios que se realizaram na sede ao longo do ano.

A Direcção Central propôs-se incrementar de forma especial as actividades dinamizadoras, através de convívios com a participação dos sócios e de reuniões onde fossem analisados e discutidos problemas concretos dos próprios sócios e da Associação. Para tal chegou mesmo a ser criado um grupo de trabalho que não funcionou de forma ideal, quer devido às di-

ficuldades normalmente surgidas no desenvolvimento de actividades deste tipo, quer por se tratar sobretudo de voluntários que depois dos seus empregos davam a sua colaboração à Associação e, portanto, de forma precária. Sobre as reuniões de sócios o único local da Associação onde se realizaram com regularidade foi no Porto.

O período que mediou entre 20 de Abril e 14 de Maio foi especialmente fértil para a Associação, tanto na activação da vida associativa, com a participação e empenho de todos os sócios voluntários e reunião de grande número de associados neste período, como ainda na projecção no exterior, relançando-se a imagem da Associação, já tão esbatida, a ponto de, conforme se referiu no relatório da Direcção Central de 1977, haver já quem se interrogasse se a ADFA ainda existia. Entre estas duas datas ocorreram o 4.º Aniversário do 25 de Abril, o 4.º Aniversário da ADFA (14 de Maio) e também o 1.º de Maio.

Nas comemorações do 25 de Abril a Associação participou oficialmente com o apoio da Comissão Nacional, tendo, através de uma conferência de Imprensa, entrevistas em vários jornais, programas na rádio e uma intervenção (embora relâmpago) na televisão, aproveitado a oportunidade de se afirmar publicamente com força, como representante de milhares de deficientes que afirmam e lutam pela integração numa sociedade nova e justa a que o 25 de Abril veio abrir as portas, além de se apresentar como legítima representante das vítimas da guerra colonial, congratulando-se com o seu fim que só foi possível com o 25 de Abril.

No âmbito das comemorações do 25 de Abril a Associação colocou milhares de cartazes nas redes de Lisboa e de outras cidades, distribuiu e vendeu milhares de autocolantes, apresentou em frente do Palácio da Inbure a guerra colonial e as suas consequências, apresentou ao público uma exposição sobre a guerra colonial e sobre o 25 de Abril e manteve as suas instalações, em Lisboa, abertas, na noite de 24 de Abril, onde muitas pessoas, conjuntamente com os associados, festejaram o dia da liberdade.

O 4.º Aniversário da Associação foi essencialmente assinalado com um almoço de sócios e familiares (cerca de 300 pessoas) e uma festa no Coliseu dos Recreios em Lisboa que reuniu milhares de pessoas e alguns dos artistas mais populares que colaboraram com a Associação. Além destes dois acontecimentos fundamentais, realizou-se um torneio desportivo de várias modalidades, em que participaram elementos de quase todas as delegações da Associação e de outras Associações de deficientes, além da habitual dádiva de sangue e de projecção de um filme. Foi ainda aproveitado o aniversário da Associação para veicular, através dos meios de informação, com entrevistas e programas, os ideais e princípios da Associação.

Ainda no âmbito do 4.º Aniversário da Associação há a assinalar uma sessão pública do Conselho Português para a Paz e Cooperação sobre o desarmamento, na sede em Lisboa, em que estiveram presentes algumas centenas de pessoas e muitos associados e em que se condenou a guerra e a agressão, defendendo-se a paz e os meios pacíficos de solucionar os diferendos internacionais.

O 1.º de Maio foi assinalado com a presença de um grupo de deficientes que se integrou na manifestação que se realizou em Lisboa, sendo portador de cartazes em que se aludia aos direitos dos deficientes e especialmente o direito ao trabalho, cuja defesa passa pela luta mais geral dos trabalhadores.

O 3.º Aniversário do «Elo», tal como no ano anterior, foi assinalado com um jantar em Lisboa que reuniu alguns dos sócios mais próximos colaboradores e satisfação por mais um ano de vida do jornal da Associação.

encaminhamento aos assuntos apresentados pelos DFA com maior incidência nos casos de prioridade no preenchimento de cargos públicos e reclamações sobre despedimentos.

Secretariado Nacional de Reabilitação

Decorreu todo o ano de 1978 sem que uma única reunião do Conselho Nacional de Reabilitação se realizasse. Este órgão de importância fundamental no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, é constituído por representantes de vários Ministérios e Secretarias de Estado e também por um vogal da ADFA e da APD. É pois dentro de este órgão com poderes deliberativos e definidores das linhas de orientação do Secretariado Nacional de Reabilitação que a Associação pode defender os seus princípios e pontos de vista relativamente à política nacional de reabilitação a implantar e às várias medidas daí decorrentes. Cabe assim ao final de 1978 sem a possibilidade de a ADFA poder utilizar os meios legais à sua disposição — um direito conquistado — para desenvolver um trabalho fundamental a nível da integração social de todos os deficientes.

Várias foram as diligências que a Associação fez, tanto junto do Ministro da Defesa Nacional como do próprio Secretário Nacional de Reabilitação, no sentido de que o Secretariado entrasse rapidamente a funcionar em pleno. As várias justificações que foi ouvindo são compreensíveis, mas a urgência da resolução global dos problemas dos deficientes é ainda mais compreensível. E note-se que no início de 1978 o Secretário Nacional de Reabilitação já tinha sido nomeado.

Em 1978 verificou-se, em relação a 1977, um nítido aumento no volume de actividades desenvolvidas a nível interno e externo, com saliência para a projecção da Associação no exterior, o que passou por um desenvolvimento geral cuja falta se fez notoriamente sentir em 1977.

Relações com outras Associações de Deficientes

Ao longo do ano a Associação foi chamada pelo SNR a pronunciar-se sobre a reestruturação dos centros de cegos de Lisboa (Nossa Senhora dos Anjos e Raquel Sain), isenção de impostos na venda de lotaria por deficientes e sobre o despacho normativo da lei n.º 11/78. Além de se ter apresentado os pareceres solicitados por escrito, a Associação participou, através do seu delegado, em duas reuniões no Secretariado, conjuntamente com representantes da APD, Liga de Cegos João de Deus e Associação de Cegos Luís Braille, onde os mesmos assuntos foram debatidos.

Esta ideia da ADFA, de que a dispersão de forças e energias se deverá transformar num movimento à escala nacional com o apoio de todos os deficientes, foi bem aceite por alguns sectores, mas deparou com alguma relutância de outros, nomeadamente da APD.

Algumas iniciativas foram levadas a cabo para concretizar esta ideia. Assim no dia 7 de Março realizou-se uma reunião entre as Direcções da ADFA e da APD onde esta questão foi abordada. No dia 1 de Julho realizou-se no Porto uma reunião entre a Direcção da ADFA e a Direcção da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho. No dia 22 de Julho foi possível juntar na sede da ADFA as Direcções das três Associações.

Embora nestas reuniões não se tenha conseguido praticamente nada de concreto, foram no entanto muito úteis e, por parte da ADFA, ficou-se com a convicção de que a prazo não muito longo será possível essa efectiva conjugação de esforços, num movimento amplo que mobilize todos os deficientes.

É de realçar, já como fruto desta aproximação entre Associações, o comunicado conjunto emitido pela ADFA e APD a propósito da «Operação Pirâmide».

Foi, ao longo do ano, dada a maior atenção a todos os movimentos e actividades de outras organizações de deficientes e a ADFA, sempre que possível, esteve presente, assim como foram sempre convidadas as Associações de deficientes para as várias realizações que tiveram lugar na sede da Associação, tais como aniversários da ADFA, convívios desportivos e outros.

Assim, além da presença da Associação nos vários encontros desportivos realizados e em que participaram deficientes de outras Associações, a ADFA esteve presente no Congresso das Cooperativas de Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas que se realizou em Lisboa de 13 a 18 de Março e no Encontro de Reabilitação promovido pela ADP realizado em Lisboa em 21 de Outubro, em que foi aprovada uma moção sobre a realização de um Congresso de todos os deficientes em 1979. A ADFA passou a dar a maior importância a esta moção, já que vinha ao encontro da ideia defendida quanto à criação de um movimento que mobilize todos os deficientes.

No âmbito das boas relações com outras organizações de deficientes, também a delegação do Porto se tem mantido em ligação com Associações de deficientes locais ou que têm as delegações, nomeadamente sobre a sua participação no Conselho Municipal do Porto em que é representante, por escolha das várias Associações, um elemento da ADFA.

IV CONCLUSÕES

A revitalização da imagem da Associação junto da população e dos poderes instituídos indica uma tendência acentuada em 1978 e que, no interesse da Associação e dos sócios, deverá continuar em 1979.

Em 1978 conseguiu-se criar as condições necessárias para que 1979 seja o ano da revelação pública da grande força dos deficientes, através da sua acção no Conselho Nacional de Reabilitação e, sobretudo, nas realizações que poderão ter lugar e que mobilizarão grande número de deficientes de todos os tipos e origens.

A nível interno conseguiu-se a normalização definitiva dos serviços da sede com a adopção de métodos de trabalho mais eficientes e acompanhamento permanente da Direcção Central. Este trabalho realizado proporcionará condições favoráveis para um melhor rendimento dos serviços em 1979.

Ao longo do ano desenvolveram-se contactos entre os vários órgãos sociais da Associação que passaram por diversas deslocações e reuniões de trabalho, conseguindo-se já dar bastante conteúdo prático ao estabelecido nos Estatutos sobre relações entre os órgãos, respectivamente competências e hierarquia de responsabilidade.

As relações de trabalho mais eficientes verificaram-se entre a Direcção Central e as Direcções de Zona. Entre as Direcções de Zona e as Direcções de Delegação não foi ainda conseguido, em alguns casos, esse eficiência, o que provocou manifestos prejuízos no desenvolvimento harmonioso da Associação.

Do bom ou mau funcionamento do Secretariado Nacional depende muito do trabalho a realizar pelos outros órgãos e depende, essencialmente, o desenvolvimento harmonioso e coerente da Associação numa perspectiva de descentralização e simultaneamente de coesão, conforme estabelecido nos Estatutos.

Durante este ano foram notórias as dificuldades com que se debateram algumas delegações no desenvolvimento de várias actividades fundamentais, quer por ausência de meios, quer, sobretudo, por falta de capacidade técnica dos trabalhadores dessas delegações, em certos casos, das próprias Direcções. A experiência de 1978 aconselha a que, de futuro, se dê um maior apoio a essas delegações, devendo, sobretudo, proporcionar aos seus trabalhadores cursos e estágios de aperfeiçoamento profissional e levar aos próprios elementos das Direcções conhecimentos fundamentais de gestão.

Para além do funcionamento dos órgãos e do trabalho desenvolvido, importa salientar uma grande lacuna que continuou em grande medida a verificar-se em 1978 — a ausência de participação activa dos sócios. Tem-se consciência que o trabalho dos órgãos sociais e dos serviços, por mais esforçado e eficiente que seja, não basta para se atingir plenamente os objectivos da Associação. A natureza própria da Associação exige que os sócios participem activamente nos trabalhos em curso. Em 1978 alguma coisa se fez já nesse sentido, mas muito pouco, reconhece-se. Há que criar, como medida urgente, condições, na sede e nas delegações, para que os sócios acompanhem a actividade diária da Associação, dêem a sua colaboração, apresentem críticas e sugestões, desenvolvam tarefas concretas, etc. É necessário dar forma prática ao princípio que defendemos — que devemos ser todos a participar na resolução dos nossos próprios problemas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ZONA DE LISBOA EM 31/12/78

CUSTOS		PROVEITOS	
Custo das Mercadorias Consumidas	1 138 143\$40	Vendas	1 858 435\$10
Fornecimentos de Terceiros	744 283\$30	Prestação de Serviços	22 834\$40
Serviços de Terceiros (I)	667 681\$90	Trabalhos p/ Própria Empresa	26 697\$30
Serviços de Terceiros (II)	861 940\$00	Subsídios Destinados à Exploração	9 574 868\$00
Despesas c/ Pessoal	4 795 000\$50	Receitas Suplementares	32 881\$00
Impostos	35 570\$50	Receitas Financeiras Correntes	584\$20
Despesas Financeiras	2 129\$70	Receitas de Aplicações Financeiras	142 400\$00
Outras Despesas e Encargos	362 496\$50	Outras Receitas	459 106\$00
Amortizações e Reintegrações do Exercício	258 047\$90	Resultados Extraordinários do Exercício	281 737\$00
Provisões do Exercício	228 065\$70	Anuidade de Amortizações	110\$00
Resultados Extraordinários	21 432\$50		
Resultado Líquido do Exercício	286 637\$30		
TOTAL	9 399 434\$20	TOTAL	9 399 434\$20

BALANÇO DA ZONA DE LISBOA EM 31/12/78

ACTIVO		PASSIVO	
DISPONIBILIDADES:		DEBITOS A CURTO PRAZO:	
Caixa	238 182\$70	Fornecedores C/Corrente	499 010\$90
Depósitos à Ordem	874 226\$77	Fornecedores Diversos	88 738\$80
	1 112 409\$47	Sector Público Estatal	206 723\$80
CRÉDITOS A CURTO PRAZO:		Associadas C/Corrente	64 051\$36
Depósitos a Prazo	1 750 000\$00	Sócios C/Corrente	12 934\$40
Clientes C/Corrente	26 500\$50	Outros Devedores e Credores	79 774\$00
Clientes Diversos	15 146\$70		951 233\$48
Clientes Cobrança Duvidosa	2 121\$50	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Empréstimos a Sócios	189 320\$30	RESERVAS:	
Empréstimos a Associadas	30 000\$00	Reservas Livres	4 322 080\$45
Empréstimos c/ Adiant. ao Pes.	10 238\$00	RESULTADOS TRANSITADOS:	
Associadas C/Corrente	71 353\$32	Exercícios Anteriores	1 367 367\$48
Outros Devedores e Credores	1 723 797\$50	RESULTADOS LÍQUIDOS:	
	3 301 306\$22	Resultados do Exercício	286 637\$70
EXISTÊNCIAS:			5 976 085\$63
Mercadorias	743 570\$00		
Provisões p/ Depr. de Existênc.	102 492\$00		
	846 062\$00		
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS:			
Obrigações e Outros Títulos	410\$00		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
Equip. Bás./Outras Máq. Inst.	249 900\$00		
Ferramentas e Utensílios	274 929\$10		
Material Carga e Transporte	220 645\$40		
Equip. Admin. Soc. e Mob. Div.	1 887 323\$50		
Outras Imobilizações Corpóreas	81 063\$20		
Amortiz. e Reintegr. Acumul.	841 754\$80		
	1 872 106\$40		
TOTAL	6 927 319\$09	TOTAL	6 927 319\$09

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO SECRETARIADO NACIONAL EM 31/12/78

CUSTOS		PROVEITOS	
Dotag. Atrib. Deleg. Porto	2 624 992\$42	Subsídio destinado à exploração	18 000 000\$00
» » » Famalicão	300 000\$08	Juros de Obrigações e outros títulos	187 846\$10
» » » Bragança	180 000\$00	Juros de Depósitos a Prazo	360 058\$30
» » » Viseu	659 000\$00	Transferência p/ Secretariado T. Tesouro	2 000 000\$00
» » » Coimbra	288 000\$00	Donativo recebido do Ministério do Trabalho ..	203 655\$00
» » » C. Branco	180 000\$00		
» » » Setúbal	170 000\$00		
» » » A. Heroísmo	180 000\$00		
» » » P. Delgada	240 000\$00		
» » » Évora	654 783\$00		
» » Sede	5 849 868\$00		
Subs. Explor. Atrib. Tipo-Escolas	300 000\$00		
	11 604 623\$43		
Subs. Atrib. Z. Norte p/ comem. 4.º aniversário	10 000\$00		
Subs. Atrib. Z. Norte p/ comem. 4.º aniversário	32 000\$00		
Subs. Atrib. Z. Sul p/ comem. 4.º aniversário	10 000\$00		
Subs. Atrib. Sede p/ comem. 4.º aniversário	90 000\$00		
	142 000\$00		
Idexac. Orçam. 1977 enviada para Deleg. do Porto	373 000\$00		
Desp. c/ Comis. Inquerito	9 208\$00		
Encargos c/ Tit. Tesouro	42\$80		
Transferência p/ secretariado Prov. p/ imobiliz. financeiras	80 000\$00		
Resultado do exercício	6 522 685\$78		
	18 731 560\$00		18 731 560\$00

BALANÇO GERAL DO SECRETARIADO NACIONAL EM 31/12/78

ACTIVO		PASSIVO	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		DEBITOS A CURTO PRAZO	
Depósito a prazo	6 400 000\$00	Sócios e associados (Sede)	71 353\$28
IMOBILIZAÇÕES		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Imobilizações financeiras	2 000 000\$00	RESULTADOS TRANSITADOS	
Provisão p/ imobilizações finan.	80 000\$00	Resultados do exercício anterior	1 725 961\$00
	2 080 000\$00	RESULTADOS LÍQUIDOS	
	8 320 000\$00	Resultados do exercício	6 522 685\$78
			8 248 404\$78
			8 320 000\$00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ZONA NORTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

DESPESAS	
EXISTENCIA INICIAL	
Próteses	1 221 139\$14
Marcenaria	41 718\$24
Bar	118 701\$52
Cantina	7 409\$90
1 388 968\$80	
Compras	3 400 959\$90
Subcontratos	91 259\$10
Fornecimentos e serv. terceiros	530 112\$16
Impostos	9 181\$80
Despesas c/ pessoal	3 453 611\$40
Outras despesas	98 495\$40
Amortizações e reintegrações	369 222\$72
Provisões do exercício	50 000\$00
Trabalhos cab. e semiacabados	399 313\$54
Resultados do exercício	1 010 707\$21
10 801 832\$03	

RECEITAS	
EXISTENCIA FINAL	
Próteses	1 756 582\$67
Marcenaria	34 591\$50
Bar	137 845\$84
Cantina	22 713\$50
1 951 733\$31	
Vendas	4 258 708\$41
Trab. p/ a própria Assoc.	58 507\$54
Variações de stock	29 415\$08
Trab. acab. e semiacabados	748 880\$89
Prestações de serviços	40 177\$40
Receitas de subsídios	3 358 380\$40
Receitas suplementares	356 029\$00
16 801 832\$03	

BALANÇO GERAL DA ZONA NORTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

ACTIVO	
Caixa	179 601\$24
Depósitos à ordem	877 795\$99
857 397\$12	
DEBITOS A CURTO PRAZO	
Clientes	521 042\$54
Fornecedores	6 950\$70
Emp. concedidos	7 565\$00
Ent. públicas estatutárias	301\$20
Outros créditos	149 037\$42
684 896\$86	
EXISTENCIAS	
Mercadorias	1 951 733\$31
Prod. e trab. em curso	748 880\$80
2 700 614\$11	
IMOBILIZADO	
Imobilizações corpóreas	1 846 170\$98
Amort. e reintegrações	309 391\$22
1 536 778\$76	
5 779 687\$94	

PASSIVO	
DEBITOS A CURTO PRAZO	
Clientes	1 031\$60
Fornecedores	1 282 669\$22
Emprést. obtidos	14 738\$80
Entidades púb. estatais	639 352\$50
Outros débitos	249 037\$42
Provisões p/ riscos e encargos ...	50 000\$00
2 236 829\$54	
SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Resultados transitados	2 532 151\$19
Result. apur. no exercício	1 010 707\$21
3 542 858\$40	
5 779 687\$94	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ZONA CENTRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

DESPESAS	
EXISTENCIA INICIAL	
Mercadorias de bar	145 314\$10
Artigos para venda	11 530\$00
Artigos em armazém	783\$20
Embalagens retornáveis	1 772\$00
159 399\$30	
Compras	1 139 574\$40
Fornecimentos e serv. terceiros	15 968\$80
Serviços terceiros I	72 786\$20
Serviços terceiros II	148 009\$00
Impostos	194\$80
Despesas com o pessoal	953 624\$80
Outras despesas	121 479\$80
Dotação p/ amortizações	43 377\$60
Resultado do exercício	38 869\$30
2 693 884\$00	

RECEITAS	
EXISTENCIA FINAL	
Mercadorias de bar	227 867\$50
Artigos de dinamização	21 397\$50
249 265\$00	
Vendas	2 444 619\$00
2 693 884\$00	

BALANÇO GERAL DA ZONA CENTRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

ACTIVO	
DISPONIBILIDADES:	
Caixa	3 873\$10
Depósitos à Ordem	61 676\$00
65 550\$00	
FORNECEDORES	
10 161\$00	
EXISTENCIAS:	
Mercadorias de Bar	227 867\$50
Artigos p/ Dinamização	31 990\$50
259 858\$00	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	
Existente	412 985\$00
Amortizações	(-) 56 900\$00
356 085\$00	
691 654\$00	

PASSIVO	
DEBITOS A CURTO PRAZO:	
Associados	3 060\$00
Sector Público Estatal	43 745\$50
Empréstimos Obtidos e Concedidos	89 950\$00
Outros Devedores e Credores	3 963\$00
99 718\$50	
CAPITAL	
RESERVAS	167 074\$50
RESULTADOS TRANSITADOS	166 118\$20
Resultados do Exercício	186 673\$80
31 069\$60	
691 654\$00	

Contrariamente ao que sucede em relação às demais Zonas, tem vindo a Zona Sul a manifestar algumas dificuldades na apresentação das suas contas conforme o sistema de escrituração hoje utilizado pela Associação. Embora o método de trabalho adoptado pela Delegação de Évora, método despidido de qualquer tecnicidade, surja como obstáculo à uniformização de sistemas dentro da Associação, não deixa de ser para a Zona uma forma fácil de controlo e de determinação

de resultados, método esse que lhe permite no final do exercício apresentar as suas despesas distribuídas por rubricas de acordo com o P. D. C.

Para o exercício de 1978 os encargos suportados pela Zona foram distribuídos como abaixo se discriminam e que comparados com as receitas do mesmo período determinaram o saldo positivo desse ano.

DESPESAS	
Caixa de Previdência	31 693\$50
Outros Serviços	70 886\$10
Deslocações	32 995\$00
Remunerações	311 803\$10
Trabalhador Eventual	6 320\$00
Selos	6 310\$00
Artigos de Limpeza	3 787\$20
Material de Escritório	8 367\$00
Telecomunicações	13 086\$30
Electricidade	8 510\$70
Gastos de Conservação	24 571\$50
Material Desportivo	1 503\$00
SALDO EM 1/1/79	179 061\$00
698 984\$40	

RECEITAS	
Subsídio Destinado à Exploração	633 900\$00
Receitas de Quotas	35 770\$00
Receitas do Bar	29 324\$40
698 994\$40	

PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

Acabamos de ouvir ler o relatório de actividades apresentado, pela Direcção Central referente aos múltiplos campos de actividade que a ADFA percorreu durante o ano de 1978 e compete-nos emitir o nosso parecer de modo a que o mesmo contribua para ajudar a esclarecer algumas dúvidas que esta A. G. N. eventualmente tenha em face do que foi dito até agora.

Considerando portanto que o parecer do C. F. C., como órgão social de âmbito central, deverá incidir sobre o todo associativo que é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, entendemos dever algumas explicações a toda a massa associativa.

Passámos a desenvolver acções directas de fiscalização nas Zonas Centro e Sul por razões já apontadas nos nossos pareceres emitidos nos relatórios das respectivas Direcções de Zona — isto é, por abandono das suas funções por parte dos elementos eleitos para os respectivos Conselhos Fiscais. Criticamos estas atitudes e fazemos votos para que as mesmas não se repitam. É chegada a hora da ADFA se afirmar como organização competente para coordenar os interesses dos seus associados.

Tivemos pois oportunidade de acompanhar de perto o desenvolvimento das Delegações destas duas Zonas, não acontecendo o mesmo em relação à Zona Norte porque também eles conseguiram manter em exercício de funções todos os seus órgãos sociais eleitos o que forçosamente reflecte uma coesão e manifestação de dedicação que merece ser realçada.

Lamentamos que a Direcção Central não nos esclareça mais sobre as actividades desenvolvidas pelas Delegações de Famalicão, Bragança, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada em relação às quais ficamos sem saber seja o que for que nos permita uma análise crítica que entendemos dever ser feita pelo C. F. C. neste parecer.

Este C. F. C. entende que a Direcção Central deve fazer o maior esforço no sentido de, prossequindo a linha de reestruturação organizativa já delineada em 1978, conseguir no mais curto espaço de tempo criar os mecanismos de ponham termo a situações de comprovada incompetência patenteada por algumas Delegações.

Na sua globalidade o relatório de actividades demonstra o grande esforço desenvolvido e aponta os caminhos que falta percorrer. Aponta igualmente as falhas e os desaires de mais um ano de lu-

ta, mas, numa escala de valores, somos de opinião que se está a caminho da optimização. Compete a todos nós apoiar a nossa Associação no caminho que vem trilhando, sem o que negaremos a nós próprios aquilo por que temos lutado — a reabilitação e reintegração social de todos os deficientes.

Acerca das contas apresentadas globalmente sobre cada uma das Zonas, e, de uma forma analítica, as da Sede, diremos o seguinte:

Lamenta-se que a Zona Sul se apresente, passados que são cinco anos (5) sobre a fundação da Associação, com problemas técnicos, o que não nos permite formular opinião sobre a sua situação patrimonial. Não obstante esta contrariedade, as restantes Zonas apresentam-se de modo a que de futuro se possa levar à prática a tão desejada uniformização contabilística.

Saliente-se que as contas relativas a cada uma das Zonas, à excepção de Lisboa, foram, em tempo, de acordo com os termos estatutários, aprovadas nas respectivas Assembleias.

As peças contabilísticas apresentadas em relação a Angra do Heroísmo e Ponta Delgada não nos dizem mais do que as escassas referências que no relatório da Zona Norte aparecem em relação a Bragança e Famalicão.

De realçar que só por falta de iniciativa e naturalmente incapacidade do Secretariado Nacional em adoptar uma política financeira mais consentânea de aplicação dos recursos existentes, este se permite apresentar em 31/12/78 depósitos a prazo no valor de seis mil contos quando sabemos que o ritmo inflacionário ultrapassa de longe o rendimento auferido pelo depósito em causa. Além de que Delegações existem que não se podem expandir adequadamente, por falta de apoio financeiro. — É um contracenário.

Podemos dizer que no conjunto a A. D. F. A. dispõe de recursos próprios para poder expandir a sua actividade associativa para além dos limites que até aqui têm pautado a sua conduta, devendo, para tanto, ser criadas as estruturas que no futuro venham a permitir a sua estabilidade, o mesmo será dizer materializar os anseios da massa associativa.

Este C. F. C. é de parecer que deve ser aprovado o relatório de actividades e contas da Direcção Central que nos termos estatutários foi submetido a esta Assembleia Geral Nacional para o efeito.

OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

TIRAGEM DESTA NÚMERO 8000 EXEMPLARES

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO REUNIU PELA PRIMEIRA VEZ

Reuniu, pela primeira vez, no passado dia 15 de Março, o Conselho Nacional de Reabilitação.

A primeira reunião deste órgão de cúpula da reabilitação no País efectuou-se na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, dado que a sede do Secretariado Nacional de Reabilitação ainda não está adaptada para o acesso a cadeiras de rodas.

Presidida pelo Secretário Nacional de Reabilitação e com a presença da quase totalidade dos seus membros, o Conselho debruçou-se, logo na sua primeira reunião, sobre uma ordem de trabalhos bastante extensa que inclui a aprovação do relatório de actividades da SNR relativo a 1978 e respectiva conta de gerência; projecto de orçamento do SNR para 1979; Ano internacional do deficiente; Constituição de um grupo de trabalho sobre «emprego protegido»; Constituição de um grupo de trabalho sobre «actividades pré-profissionais» e «aprendizagem para crianças e jovens deficientes»; Projecto de regulamento interno para o SNR.

Para além das decisões desta reunião, há que salientar o significado da presença pela primeira vez na história da reabilitação dos deficientes no País, dos representantes dos próprios deficientes no órgão coordenador da reabilitação. A ADFA e a APD estiveram presentes através dos seus delegados, contribuindo, já nesta primeira reunião para que a orientação do Conselho Nacional de Reabilitação seja no sentido de encontrar as medidas adequadas para a integração plena dos deficientes na sociedade.

É de destacar, nesta reunião, a deliberação sobre a criação de um grupo de trabalho sobre «emprego protegido» e o facto de se ter decidido que o SNR passará a ser o representante de Portugal junto do Secretariado Internacional para o Ano Internacional do Deficiente (1981).

Sobre a questão do «emprego protegido» é de assinalar a intervenção oportuna do Conselho Nacional de Reabilitação neste domínio, pondo termo a diligências paralelas de dois departamentos governamentais (Secretaria de Estado da Segurança Social

e Secretaria de Estado da População e Emprego) que desencontradamente vinham estudando esta questão. Assim, foi constituído um grupo de trabalho, formado por dois representantes de cada uma daquelas Secretarias de Estado, mais dois representantes da Secretaria de Estado da Saúde, um representante da ADFA e outro da APD e ainda um representante do SNR que presidirá.

Este grupo de trabalho deverá apresentar ao Conselho Nacional de Reabilitação, numa primeira fase, um estudo que tenha em vista a clarificação dos conceitos «emprego protegido» e «trabalho protegido» e ainda estabelecer a classificação das várias modalidades de «emprego protegido» de acordo com as caracterizações da população trabalhadora à que se destina. Numa segunda fase o grupo de trabalho deve estabelecer o regime jurídico do trabalhador em «emprego protegido» nas diferentes modalidades e proceder à clarificação das intervenções nesse campo dos serviços do Ministério dos Assuntos Sociais e do Ministério do Trabalho.

O Conselho Nacional de Reabilitação, que nos termos do Decreto-Lei n.º 346/77, reúne obrigatoriamente uma vez por mês, tem a sua próxima reunião ordinária no dia 26 de Abril.

Esta primeira reunião do Conselho Nacional de Reabilitação poderá de facto inaugurar uma nova fase na história da reabilitação, dada a sua importância cimeira em todo este processo.

5.º ANIVERSÁRIO DA ADFA EM PREPARAÇÃO

Aproxima-se o 5.º aniversário da ADFA (14 de Maio) que está já a ser preparado de molde a ser condignamente assinalado.

No «Elo» de Abril serão apresentadas com pormenor as realizações que terão lugar. Entretanto pode-se desde já adiantar que as comemorações serão semelhantes às do ano passado, pretendendo-se que tenham ainda uma maior dimensão e uma maior mobilização dos sócios, centrando-se essencialmente num almoço de convívio, num espectáculo, numa tarde infantil, emissão de um poster e autocolantes e ainda uma sessão do CPPC, além de vários torneios desportivos. Há a realçar ainda a emissão de uma medalha da Associação que está já a ser aguardada com grande entusiasmo pelos sócios.

Estas realizações decorrerão essencialmente em Lisboa, mas delegações há que levarão a efeito iniciativas próprias.

Sobre os vários torneios desportivos que mobilizarão muitos associados de todas as delegações de e de outras organizações de deficientes e que terão início, alguns, ainda em Abril, os sócios devem dirigir-se às respectivas delegações ou à Secção de Desportos na sede, onde poderão efectuar as suas inscrições para participarem.

CONGRESSO DE TODOS OS DEFICIENTES VAI REALIZAR-SE EM FINS DE 1979

Estão criadas condições para que em fins de 1979 se realize um congresso

de todos os deficientes, tendo como entidades organizadoras a ADFA e a APD.

Na sequência de um encontro sobre reabilitação de deficientes, promovido pela APD e que se realizou em Lisboa em Setembro passado, no qual foi aprovada uma moção sobre a realização de um congresso de todos os deficientes em 1979, a APD (Associação Portuguesa de Deficientes) decidiu dar cumprimento a essa moção, tendo convidado a ADFA para a organização do congresso.

Realizaram-se já duas reuniões entre as Direcções da ADFA e da APD (uma no dia 13 e a outra no dia 22 de Março), em que se assentou na realização do congresso sob a responsabilidade das duas orga-

nizações. Nova reunião terá lugar logo após as comemorações do 25 de Abril a fim de se acordar sobre as bases programáticas do congresso.

A realização de um congresso de todos os deficientes, organizado pelas duas maiores associações de deficientes, reveste-se, desde já, de uma importância fundamental. Pela primeira vez deficientes de todos os tipos, origens e regiões do País terão oportunidade, em representação de todos os deficientes, de afirmar a força destes; definir os seus objectivos e definir as reivindicações que centenas de milhares de portugueses devem apresentar a quem de direito.

Mas este congresso será apenas o ponto de partida, estamos convencidos, para uma luta global e organizada em que os deficientes têm o direito de empenhar-se; será a afirmação da enorme força latente que existe nos deficientes e que devidamente canalizada constituirá factor decisivo para eliminar as barreiras que se levantam à sua integração na sociedade e à sua realização social plena.

Está-se assim a dar os primeiros passos numa caminhada que os deficientes portugueses terão que percorrer, devidamente unidos e organizados, com muitos obstáculos a vencer, sim, mas com a certeza, à partida, que a sua imensa força será capaz de ultrapassá-los ou derrubá-los se necessário for.

Em próximos números do «Elo» falar-se-á sobre a organização do congresso, mos certos

em que, desde já, todos os sócios da ADFA devem empenhar-se, quer através do interesse e entusiasmo que à volta desta ideia deve congregar-se, quer através do desenvolvimento posterior de tarefas concretas, em que os deficientes das Forças Armadas, com toda a sua experiência associativa, devem desempenhar papel fundamental.

A ideia claramente definida logo no início da Associação de que os deficientes das Forças Armadas, só por si, não conseguirão forçar a sociedade e o poder para serem criadas as condições próprias para a sua integração social continua válida e actual. Mais, hoje, passados quase cinco anos de luta mais ou menos isolada dos deficientes das Forças Armadas, a experiência mostra-nos que não se avançou mais porque os grandes problemas a resolver carecem de uma maior força e de uma acção mais global. E os deficientes, por mais medidas sectoriais que se tomem, só verão os seus verdadeiros problemas resolvidos com a criação de condições sociais genéricas para a sua integração, as quais passam por uma consciencialização perfeita da população para a sua aceitação e pelo empenhamento dos poderes constituídos na criação de medidas efectivas. E isso só se conseguirá com a imensa força que todos os deficientes acumulam dentro do seu descontentamento. E para tanto este congresso será o ponto de partida, estamos certos

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

DEZENAS DE CRIANÇAS PINTARAM, DESENHARAM E CONVIVERAM NA SEDE DA ADFA

Dentro das várias iniciativas que a ADFA se propõe levar a efeito no âmbito do Ano Internacional da Criança, realizou-se, no passado dia 10 de Março, da parte da tarde, na sede da Associação em Lisboa, um convívio para os mais pequenos.

Estiveram presentes mais de 50 crianças que, em ambiente de alegria, executaram desenhos e pinturas, além de verem três filmes infantis projectados especialmente para elas. A Associação colocou à disposição das crianças todo o material necessário, tal como papel, tintas, pincéis, etc. Estiveram presentes neste convívio alguns profissionais e artistas plásticos que apoiaram e orientaram as crianças nos seus desenhos e pinturas.

Esta foi uma pequena realização da ADFA no âmbito do Ano Internacional da Criança, dentro de outras de maior vulto e interesse que serão levadas a efeito. Pretende-

assim a Associação, dentro das suas possibilidades, estar com as crianças, com os filhos mais pequenos dos seus associados, com todas as crianças portuguesas dando o seu contributo para que de futuro a criança passe a ser inte-

gramente compreendida e respeitada nos seus direitos, bases fundamentais para que as crianças de hoje, homens de amanhã, sejam capazes de edificar a sociedade mais justa que, então, aos seus próprios filhos devem legar.



As crianças entusiasmadas com as pinturas